

Diretrizes
para a
Gestão
Ambiental
Municipal
e o
Desenvolvimento
Sustentável

REGIÃO
SUL **AMAPÁ**



PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO
GESTÃO
AMBIENTAL

Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável

AMAPÁ
- Região Sul -

Laranjal do Jari e Vitória do Jari

Março de 2017



Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável

REGIÃO NORTE: *Laranjal do Jari e Vitória do Jari*

Laranjal do Jari, 04 e 05 de abril de 2017

Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

Programa de Qualificação de Gestão Ambiental - PQGA

Paulo Timm
Superintendente Geral do IBAM

Tereza Cristina Baratta
Diretora e Coordenadora Geral do PQGA/IBAM

Equipe Técnica

Angela Fontes
Economista

Rosan Fernandes
Ecólogo

Equipe Revisão e Edição

Leonardo Nogueira
Publicitário

Paula Lima
Bióloga

Selma Rodrigues
Assistente Executiva

Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

Assessoria de Municipalização - ASSEMU

Marcelo Ivan Pantoja Creão
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Equipe Técnica ASSEMUN/SEMA

Jessejames L. da Costa
Administrador e Educador Socioambiental

José Ferreira Barbosa
Técnico

Mariney Aury Borges de Souza
Secretária Executiva

Mário Sérgio dos Santos Ribeiro
Engenheiro Florestal

Rosa Dalva Gonçalves de Oliveira
Assessora de Comunicação

Ruimar Monteiro Pena
Técnico

Márcio Clay da Costa Serrão
Prefeito Municipal de Laranjal do Jari

Marcelo Sarraf Santos
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Laranjal do Jari

Lindomar Chaves
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Vitória do Jari

Municípios

Participantes da Oficina

Laranjal do Jari

Amanda Gomes Ferreira - Diretora de Turismo
Arlicy da Silva Diniz - Diretora Administrativa
Dalton Pacheco - ASCOM
Darcy Neia Farinha de Aragao - Guarda Ambiental
Ednilze Rodrigues dos Santos - Guarda Ambiental
Jivagno Brito Matos - Diretor de Licenciamento
João Paulo Marques de Souza - Diretor de Fiscalização
Leonice Vasconcelos da Silva - Guarda Ambiental
Lilian Alves da Silva Freitas - Guarda Ambiental
Luziwonet Oliveira Fernandes da Silva - Educadora Ambiental
Roberto Goes da Silva - Gerente SEMA
Ruvenete Joite Cunha Lima - Diretor Departamento de Educação Ambiental
Simone Regina Serrão Correa - Guarda Ambiental
Waldecy de O. Tavares - Diretor de Capacitação e Projeto

Vitória do Jari

Aila Rodrigues Sages - Secretaria de Meio Ambiente
Breno Karuane do N. Urubuquara - Diretor de Controle

**FUNDO
AMAZONIA**



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
Objetivos Geral e Específicos.....	12
Estado do Amapá.....	12
Região Sul.....	17
Município de Laranjal do Jari.....	18
Município de Vitória do Jari.....	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS.....	22
Conceitos e Dimensões do Planejamento.....	22
Método FOFA.....	23
Definição dos Temas de Gestão Ambiental.....	24
Processo de Trabalho.....	27
RESULTADOS OBTIDOS.....	31
Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental.....	31
Matrizes de Relações Interinstitucionais dos OAMs.....	38
Matriz Executiva.....	42
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
Sobre os Temas de Gestão Ambiental.....	50
Sobre as Relações de Parcerias.....	66
RECOMENDAÇÕES: AÇÕES PRINCIPAIS DE GESTÃO AMBIENTAL.....	68
Propostas de Programas e Planos de Gestão Ambiental.....	69
Orientações para Consolidação das Diretrizes.....	70
BIBLIOGRAFIA.....	72
ANEXOS.....	75

APRESENTAÇÃO

As atividades humanas afetam o ambiente da escala local à global, impactando áreas urbanas e rurais e envolvendo o uso de recursos naturais. São muitos os desafios por parte dos órgãos ambientais das três esferas governamentais, assim como das entidades ambientalistas e do setor privado ao assumirem de forma compartilhada tarefas com a proteção ambiental. Em especial no âmbito municipal, é do poder local a responsabilidade de pactuar a melhor forma de gerir o desenvolvimento, respeitando-se o meio ambiente.

O poder público tem como papel regular o uso parcimonioso dos recursos naturais, assegurando condições para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é fundamental promover a proteção ambiental visando ao equilíbrio entre as necessidades essenciais da população e as limitações tecnológicas e sociais impostas ao meio ambiente.

O surgimento de políticas ambientais em abrangência mundial e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, influenciaram o Brasil levando a significativas mudanças ainda nos anos 80 a partir do estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Mais recentemente, a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011 é reconhecida como fator de incentivo ao fortalecimento do poder público municipal. O instrumento ao fixar normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dispõe sobre ações relativas à proteção das paisagens naturais notáveis e à proteção ao meio ambiente.

O Bioma Amazônia requer cuidado especial no que diz respeito à gestão ambiental. Nesse contexto, destaca-se o Estado do Amapá, dotado de conjunto diverso de ecossistemas e biodiversidade, além de significativa rede hidrográfica, sendo imprescindível para a boa governança, a estruturação do sistema de meio ambiente local e a qualificação de seus profissionais.

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA, em execução pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM com recursos do Fundo Amazônia/BNDES, oferece linhas de ação em apoio aos 530 municípios dos nove Estados que integram o Bioma Amazônia. Nos últimos três anos, o Programa promoveu, dentre outras ações, a qualificação e o desenvolvimento da capacidade de gestão ambiental na escala municipal, fortalecendo a estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente.

Com base no reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre as esferas de governo – federal, estadual e municipal – e os setores da sociedade civil organizada com atuação ambiental, teve origem a elaboração dos Diagnósticos Municipais da Gestão Ambiental pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AP, em parceria com o IBAM/PQGA.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre os desafios municipais e mapear as demandas na busca do desenvolvimento sustentável, o planejamento estratégico desponta como ferramenta abrangente e participativa, que permite definir metas ambientais em consonância com as metas estaduais, federais e acordos internacionais, primando pelo equilíbrio do meio ambiente e o bem-estar comum.

Nesse contexto, nos meses de março e abril de 2017 foram realizadas quatro oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Como resultado, foram construídas diretrizes e metas orientadoras da gestão ambiental municipal, apresentadas no presente documento.

Cabe agradecer a entusiasmada adesão e participação de todos os envolvidos. Certamente o sucesso alcançado pelos trabalhos realizados não seria possível sem o esforço de cada um dos participantes. Notadamente, registrar o apoio dos Secretários de Meio Ambiente dos municípios anfitriões, que se desdobraram para receber os eventos, providenciando o necessário apoio logístico. Agradecer pela receptividade e por terem feito as honras da casa. Principalmente, agradecer que tenham compartilhado conosco as belezas e particularidades de seus municípios.

Por último, nossa palavra de agradecimento especial ao Secretário de Estado de Meio Ambiente Marcelo Ivan Pantoja Creão pela produtiva parceria ao longo do desenvolvimento do trabalho, orientando o corpo técnico da SEMA, articulando os gestores municipais, além de garantir a presença da SEMA nas oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Somos gratos pela sua liderança e apoio, imprescindíveis para o alcance dos resultados.



INTRODUÇÃO

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável é peça fundamental na história da conscientização ambiental da humanidade e merece uma breve contextualização devido a sua importância na gestão do meio ambiente.

Na segunda metade do século XX, foi realizada a Conferência da ONU para o Meio Ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia, junho de 1972). O evento é considerado um marco político internacional decisivo para o surgimento de políticas de gestão ambiental, uma vez que direcionou a atenção das nações para as questões ambientais¹ e deu início à construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Em dezembro de 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que desde então coordena os trabalhos das agências da ONU em nome do meio ambiente global. Em 1983, foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland². Em 1987 foi publicado o *Relatório Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*.

Visando a concretização das propostas definidas na Conferência de 1972, o *Relatório* apresenta 109 recomendações e se posiciona quanto ao que compreende como desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Este posicionamento insere duas noções chave: (i) noção de *necessidades*, sobretudo as necessidades essenciais das populações mais pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; (ii) noção de *limitações*, que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Em 1988, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Resolução determinando a realização, até 1992, de uma Conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Seu objetivo era avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental a partir da Conferência de Estocolmo de 1972. O Brasil ofereceu-se para sediar o encontro em 1992 que ocorreu em junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Durante a Cúpula da Terra, como ficou conhecida a Rio 92, cinco documentos³ foram assinados. Dentre eles, destaca-se a *Agenda 21*, que foi para além das questões ambientais, abordando também os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente: (i) pobreza e dívida externa dos países em desenvolvimento; (ii) padrões insustentáveis de produção e consumo; (iii) pressões demográficas e estrutura da economia internacional.

¹ Importante ressaltar o processo anterior de preparação para a Conferência de Estocolmo, que ocorreu no Encontro de Founex (Suíça, 1971), com análises das relações entre meio ambiente e desenvolvimento.

² Gro Harlem Brundtland, médica, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pelo Secretário Geral da ONU para dar forma e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

³ Durante a Rio-92 foram assinados os documentos: (i) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; (ii) Agenda 21; (iii) Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; (iv) Convenção da Biodiversidade; e, (v) Convenção sobre Mudança do Clima.

A década de 1990 foi marcada por Conferências Globais, realizadas com objetivo de aprofundar e comprometer os governos e povos com um novo marco de direitos e significado de desenvolvimento. Foram traduzidos conceitos das formas de desenvolvimento que dialogaram com praticamente todos os temas das cúpulas promovidas pela ONU de 1992 até o início dos anos 2000.

Do período a partir da Conferência Rio 92 até o Acordo do Clima de Paris sobre Mudanças Climáticas⁴, caminhos e descaminhos foram percorridos mundialmente em busca do desenvolvimento sustentável. No âmbito local, há também a responsabilidade de encontrar a melhor forma de gerir as formas de desenvolvimento sem agredir, ou agredindo com a menor intensidade possível, o meio ambiente.

No caso brasileiro, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981⁵. Nela foram definidos conceitos, princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos, mecanismos de aplicação e de formulação. Criou, também, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)⁶ e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)⁷

Posteriormente, com “a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, pelo Governo Federal, foram fixadas normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, que entre outras normas e procedimentos no âmbito dos municípios, o Estado promoverá a formação e capacitação de gestores municipais, visando à inclusão dos municípios na gestão ambiental compartilhada”⁸.

Considerando que é fundamental para o exercício da competência e da gestão ambiental compartilhada a compreensão sobre a abrangência de impactos ambientais, proposta na Lei Complementar nº 140/2011, o Estado do Amapá, por intermédio do COEMA, aprovou a Resolução nº 040/2014.

A Resolução nº 040/2014 “dispõe sobre a definição de impacto local, bem como a tipificação das atividades e empreendimentos de competência dos municípios licenciarem, levando em consideração o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade a ser licenciada ou autorizada, definindo o entendimento sobre impacto ambiental de âmbito local: aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um município sem ultrapassar o seu limite territorial”⁹.

⁴ Assinado em dezembro de 2015 e com entrada em vigor em novembro de 2016.

⁵ Lei 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto 99274/1990 - www.mma.gov.br.

⁶ SISNAMA é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, formada pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no País - www.mma.gov.br.

⁷ Órgão consultivo e deliberativo, competente para assessorar, analisar e propor diretrizes de políticas governamentais para gestão do meio ambiente e recursos naturais. Assim como deliberar sobre normas com o objetivo de manter um meio ambiente ecologicamente equilibrado - www.mma.gov.br.

⁸ Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da gestão ambiental municipal / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). – Macapá: Sema, 2017 - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>.

⁹ Idem.- <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>.

Outro instrumento orientador para a gestão ambiental no Estado do Amapá é o Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal (PEFOGAM), elaborado com o objetivo de dar autonomia às Secretarias de Meio Ambiente, por meio da capacitação do corpo técnico, aquisição de equipamentos, materiais e disseminação do conhecimento sobre gestão ambiental.

Foi no contexto de reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre as esferas de governo – federal estadual e municipal – e os setores da sociedade civil organizada com atuação ambiental, que teve origem a elaboração dos *Diagnósticos Municipais da Gestão Ambiental* pela SEMA-AP, com apoio do PQGA-IBAM.

A partir dos resultados apresentados nos *Diagnósticos Municipais de Gestão Ambiental*, foi dada continuidade ao trabalho de desenvolvimento da gestão ambiental municipal por meio da realização de oficinas regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, cujos resultados estão apresentados neste documento.

Cabe agradecer a intensa participação e o apoio dos Secretários de Meio Ambiente dos municípios anfitriões, que se desdobraram para receber o evento providenciando o apoio logístico. Certamente o sucesso alcançado pelos trabalhos realizados não seria possível sem o esforço de cada um para que tudo acontecesse da melhor forma possível. Agradecemos pela receptividade e por terem feito as honras da casa. Agradecemos também que tenham compartilhado conosco as belezas e particularidades de seus municípios.

Registramos agradecimento especial ao Secretário de Estado de Meio Ambiente pela forte parceria durante o desenvolvimento do trabalho, orientando o corpo técnico da SEMA no sentido de mobilizar os gestores municipais, além do apoio logístico fundamental ao acompanhamento presencial dado pela equipe às oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Somos gratos pelo seu apoio, imprescindível para o alcance dos resultados almejados.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Objetivos Geral e Específicos

As oficinas de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável* foram realizadas com o objetivo geral de capacitar gestores(as) e respectivas equipes, sobre técnicas de planejamento e conceitos da gestão ambiental, de modo a contribuir com o fortalecimento dos OAMs na estrutura municipal.

Dentre seus objetivos específicos estão: (i) incentivar a formulação ou a revisão de políticas públicas, por meio da normatização de ferramentas e mecanismos de desenvolvimento sustentável; (ii) promover a participação da sociedade nas decisões ambientais pertinentes; (iii) buscar boas práticas de gestão ambiental do espaço urbano, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Como resultado, foram construídas diretrizes e metas orientadoras da gestão ambiental municipal, geradas a partir das discussões ocorridas no transcorrer das oficinas realizadas.

Estado do Amapá



Figura 1: Localização do Estado do Amapá.

Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, em *Wikimedia Commons*

Situado no extremo norte do País, o estado do Amapá possui fronteiras internacionais com a Guiana Francesa ao norte e com o Suriname ao noroeste. O limite leste é dado pelo Oceano Atlântico e o nordeste pela foz do Rio Amazonas. Os limites ao sul e ao oeste são dados pelo estado do Pará. Possui área de 142.828,523 km², correspondendo a 1,7% do território nacional e a 3,7% da Região Norte. É formado por 16 municípios, tendo Macapá como capital.

O nome do Estado possui diferentes significados: (i) na língua tupi amapá significa "o lugar da chuva" (*ama*, "chuva" e *paba*, "lugar", "estância", "morada"); (ii) vindo do nheengatu significa "terra que acaba" ou "ilha"; (iii) ou ainda, "amapá" é uma palavra de origem

nuaruaque ou aruaque e se refere ao amapazeiro (*Hancornia amapa*), uma árvore típica da região pertencente à família das Apocináceas¹⁰.

¹⁰ O amapazeiro produz um fruto roxo, saboroso, em formato de maçã; de onde é extraído o "leite de amapá" usado na medicina popular como fortificante, estimulante do apetite e também no tratamento de doenças respiratórias e gastrite. A espécie encontra-se ameaçada, dada a sua exploração predatória para extração da seiva.

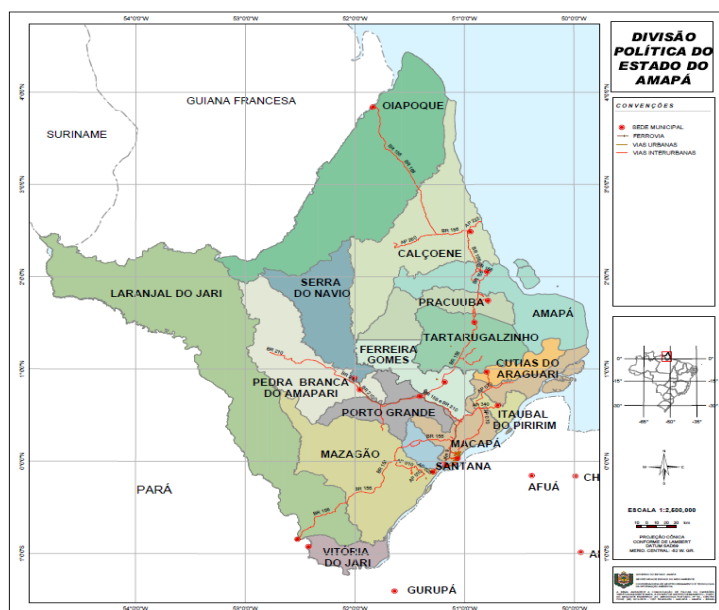


Figura 2: Divisão Política do Estado do Amapá. Fonte: www.ap.gov.br

A história amapaense é rica e remonta às lutas entre Portugal e Espanha pela conquista e manutenção do território brasileiro. A região, mesmo antes da chegada dos portugueses às terras brasileiras, era objeto de disputa, sendo a assinatura do Tratado de Tordesilhas por Portugal e Espanha, em 1494, a expressão da disputa histórica pelas terras amapaenses.

Nesse contexto, vale registrar a importância geográfica das terras amapaenses, situadas à entrada da Amazônia pela foz do rio Amazonas, e objeto de inúmeras disputas por controle do território.

No século XX, as principais alterações sofridas pelo Amapá no que diz respeito à administração fundiária¹¹ podem ser descritas a partir da criação do Território Federal do Amapá, em 13 de setembro de 1943, quando suas terras passaram para o domínio da União, com administração do governo do Território através da Divisão de Terras e Colonização – DTC. Antes de 1943, as terras amapaenses eram administradas pelo Governo do Estado do Pará.

Em 05 de outubro de 1988, foi criado o Estado do Amapá¹². A importância das questões relacionadas ao uso e propriedade da terra foi reafirmada com a criação da Coordenadoria Especial de Terras do Amapá – COTERRA, através do Decreto nº 30/1989, para tratar das questões fundiárias do Estado. Em 1991 foi criado o Instituto de Terras do Amapá – TERRAP, por meio do Decreto nº 214/1991, com a incumbência de administrar o Patrimônio Fundiário do Estado do Amapá. Atualmente é o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá – IMAP¹³, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente; o responsável pela administração fundiária no Estado.

O relevo é pouco acidentado, em geral abaixo de 300 metros de altitude. É um dos poucos estados que, em sua condição geográfica, permite a formação de um conjunto de ecossistemas que vão desde as formações pioneiras de mangue à floresta tropical

¹¹ <http://www.imap.ap.gov.br/lista.php?cont=221&a=217>

¹² A transformação dos territórios federais em estados ficou definida na Constituição Federal 1988, Capítulo I, Art. 18, § 2º.

¹³ Criado por meio do Decreto nº 1937, de 26 de abril de 2007, alterado por força do Decreto nº 1.184, de 04 de janeiro de 2008. Fonte: <http://www.imap.ap.gov.br/lista.php?cont=221&a=217>

densa, passando por campos inundáveis e cerrados. Seus principais rios são: Amazonas, Jari, Oiapoque, Araguari, Calçoene e Maracá. A maior parte de seu território está contida na Bacia das Guianas.

Vale ressaltar que, aproximadamente, 62% do território do Estado do Amapá está sob regime especial de proteção, exclusivo de unidades de conservação¹⁴ e cerca de 8% é de terras indígenas (1.183.498 km²). Isso corresponde a 70% da área total do Estado sob regime de proteção especial. Assim, o Amapá pode ser caracterizado como o Estado brasileiro que mantém resguardada quase a totalidade da floresta Amazônica existente em seu território.

Em 2010, o IBGE registrou mais de 7 mil indígenas no Estado, habitando as quatro terras indígenas existentes, assim como zonas rurais e urbanas dos municípios. Do total da população indígena, 80,4% viviam em cerca de 80 aldeias e 19,6% moravam fora das Terras Indígenas.

O Oiapoque abriga o maior número de habitantes indígenas, nas terras de Uaçá, Juminá e Galibi, totalizando 23% da extensão territorial do Município. A Terra Indígena do Uaçá é a que possui o maior número de habitantes (4.881 pessoas), sendo eles de diversas etnias. Com maior extensão, a terra indígena Waiãpi, da etnia Waiãpy abriga 874 pessoas em 607.017 hectares, nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Mazagão. A menor Terra Indígena da região é a Galibi, que fica em Oiapoque e abriga 124 indígenas em 6.689 hectares.

Quadro 1: Lista dos Municípios do Estado do Amapá e Respectivas Áreas.

Município	Área (km ²)	Município	Área (km ²)
Amapá	9.168	Oiapoque	22.625
Calçoene	14.232	Pedra Branca do Amapari	9.625
Cutias	2.179	Porto Grande	4.425
Ferreira Gomes	4.974	Pracuúba	4.949
Itaubal	1.623	Santana	1.542
Laranjal do Jari	30.783	Serra do Navio	7.713
Macapá	6.502	Tartarugalzinho	6.685
Mazagão	13.295	Vitória do Jari	2.509

Fonte: IBGE, 2016.

A população total do Estado é estimada em 782.295 habitantes e destes 89% moram na área urbana. Em 2016, o rendimento domiciliar era de R\$ 881,00¹⁵ mensais.

¹⁴ No total são 19 unidades de conservação, que totalizam 8.798.040,31 hectares, 12 das quais são federais, 5 estaduais e 2 municipais. São 8 unidades de proteção integral e 11 de uso sustentável, as primeiras ocupando quase 60% do total da área protegida. Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá, citado em <http://www.logicambiental.com.br/ucs/>.

¹⁵ <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap#>

A base da economia amapaense está ancorada em seus recursos naturais. A exploração do setor produtivo mineral ocorre por meio de indústrias de grande porte (ouro, caulim e manganês), empresas de extração de agregados para construção (areia, seixo e brita), setor oleiro cerâmico, além de garimpeiros e trabalhadores informais da mineração¹⁶.

Com relação à agricultura, as lavouras permanentes produzem banana, laranja, mamão e maracujá. As lavouras temporárias produzem abacaxi, arroz, cana de açúcar, feijão, mandioca, frutas, milho e soja. Os principais produtos de extração vegetal são: açaí, castanha-do-pará, pimenta-do-reino e palmito, além dos produtos extraídos da madeira (carvão vegetal, lenha e madeira em tora). As principais madeiras de valor comercial são: andiroba, breu, cedro, macacaúba, maçaranduba, pau-mulato e sucupira.

Na pecuária, há rebanhos bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e galináceos. Com relação à pesca e aquicultura, o Amapá é beneficiado pela presença de uma significativa rede hidrográfica, sendo os principais peixes encontrados: o pirapitinga, pirarucu, tambacu, tambaqui, tucurané, piranha, dourada e filhote. Além disso, são encontrados também crustáceos como caranguejo, camarão-rosa e camarão-de-água-doce¹⁷. Também é realizada no Estado a produção de mel de abelha.

O comércio também impulsiona a economia local. De forma geral, os produtos paraenses abastecem os mercados amapaenses. Vale destacar que tanto a capital quanto o Estado consomem produtos alimentícios e de outros gêneros principalmente da região do Marajó (Pará).

O setor de serviços participa da economia amapaense de forma expressiva, em função dos concursos públicos realizados no Estado, que atraem pessoas de todo o país. Entretanto, em 2016, considerando volume e receita do setor de serviços, o Amapá foi o pior estado do país, fechando o ano com um prejuízo de 15%¹⁸.

Com relação à política ambiental, o Estado atua por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) em parceria com os demais órgãos da estrutura governamental, de modo a integrar as ações próprias das agendas ambientais. Os desafios da gestão ambiental são compartilhados com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA)¹⁹ e com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Ambas as presidências dos conselhos são exercidas pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente.

Criado a partir de previsão na Constituição do Estado do Amapá, conforme o art. 314²⁰, o COEMA é composto por 25 entidades sendo 7 órgãos estaduais, 4 instituições federais e 14 entidades não governamentais.

¹⁶ Governo do Estado do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá – IEPA.

<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/publicacoes/diagnosticos-do-setor-mineral-nos-estados>

¹⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>

¹⁸ <http://economia.ig.com.br/2017-03-29/setor-de-servicos-ibge.html>

¹⁹ Parte integrante da estrutura da SEMA - <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=707>

²⁰ Art. 314 - A lei disporá sobre a organização, composição e competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Inicialmente, o COEMA foi criado por meio do Decreto nº 107, de 07 de novembro de 1990,

“O COEMA é um órgão colegiado, deliberativo, normativo e recursal, responsável em estabelecer as diretrizes e proposição da política de defesa, preservação e melhoria do meio ambiente, proporcionando a integração de instituições públicas e/ou privadas que desenvolvam atividades relativas ao meio ambiente bem como promovendo a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente, assim como incentivando o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação ambiental e estimulando a realização de atividades educacionais no processo de preservação, melhorias e recuperação da qualidade ambiental com a participação da comunidade”.

Quanto ao CERH, previsto na Lei nº 686 de 7 de junho de 2002, suas atividades são exercidas desde dezembro de 2009, sendo este o órgão de hierarquia superior do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá – SIGRH, com funções deliberativas, normativas e consultivas²¹. As legislações pertinentes à Política de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá, assim como as atividades do CERH, são divulgadas por sua Secretaria Executiva, na página da SEMA.

A centralidade da gestão e preservação dos recursos hídricos na agenda política global ressalta o papel estratégico desempenhado pelo estado do Amapá, tendo em vista sua posição privilegiada ao possuir abundância desses recursos.

A institucionalização da gestão da política ambiental em execução pela SEMA trabalha no sentido de coordenar, por meio de seus núcleos, as atividades pertinentes às agendas ambientais no que diz respeito à: (i) Agenda Verde – implementação das Políticas e Normas Ambientais de uso e acesso aos recursos naturais existentes na biodiversidade do Estado do Amapá; (ii) Agenda Marrom - definição de métodos e técnicas de controle da qualidade ambiental e do uso racional dos recursos naturais no que concerne à prevenção da poluição e degradação ambiental; (iii) Agenda Azul - implementação da Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e suas revisões periódicas.

Também foram criados os núcleos de Fauna e o de Mudanças Climáticas e REDD+. O Núcleo de Fauna, criado em agosto de 2015 em cumprimento a Lei Complementar nº 140/2011, tem como competência licenciar, autorizar e fiscalizar a fauna silvestre. O Núcleo de Mudanças Climáticas e REDD+, criado em janeiro de 2016, é responsável, junto com atores da Secretaria e de outras instituições governamentais, pela construção da lei da Política de Mudanças Climáticas, Conservação e Serviços Ambientais. Atua em todas as instâncias necessárias para sua implementação, assim como acompanha a agenda do GCF *task force* (Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima)²².

sendo sua competência e composição regulamentadas por meio da Lei nº 165, de 18 de agosto de 1994, tendo sua composição alterada pela Lei nº 387, de 09 de dezembro de 1997.

²¹ <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=708>

²² <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=599>

Região Sul

Conforme pode ser observado no Quadro 2, esta região representa 23% do território estadual com 8% da população total, e densidade demográfica de 1,17hab/km².

Quadro 2: População e Área dos Municípios na Região Sul

Município	População em 2010	População Estimada em 2106	Crescimento demográfico %	Área Territorial em 2015 (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Laranjal do Jari	39.942	46.639	1,17	30.782,99	1,29
Vitória do Jari	12.428	14.680	1,18	2.508,98	5,01
Total da Região	52.370	61.319	1,17	33.292	1,57
Total do Estado	669.526	782.295	1,17	142.828,52	4,69
% do Estado	8%	8%		23%	

Fonte: IBGE 2016, <http://cidades.ibge.gov.br>

O Vale do Jari²³, originalmente habitado por indígenas waianos e apalaís, possui rica biodiversidade, incluindo oito tipos de vegetação florestal e não florestal e espécies de extrema importância ecológica e cultural, com a presença de comunidades extrativistas que utilizam a diversidade da flora e fauna como fonte de receita e alimentos. Com relação à fauna existem cerca de duas mil espécies de animais, das quais em torno de 100 são consideradas ameaçadas.

A região sofreu os impactos das políticas de ocupação desenvolvidas pelo governo brasileiro a partir de grandes projetos, como a extração da borracha, que atraiu nordestinos na primeira metade do século XX. Neste sentido vale destacar a formação de um dos maiores latifúndios do mundo, com cerca de 3,5 milhões de hectares de terra, início da Empresa Jari cujo proprietário era o cearense chamado coronel José Júlio de Andrade, que a vendeu em 1948 para um grupo de empresários portugueses.

Em 1967, Daniel Ludwig no Brasil, empresário norte-americano, adquire a Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda²⁴, dando início ao Projeto Jari, empreendimento de caráter privado, localizado na confluência dos rios Jari e Amazonas.

²³ Jari é uma variação da palavra indígena *airi*. Significa "rio da castanha". O rio Jari é afluente na margem esquerda do rio Amazonas e limita os estados do Pará e Amapá.

²⁴ Sob o controle Daniel Ludwig a empresa foi reestruturada, originando a holding Jari Florestal e Agropecuária Ltda., que reunia as inúmeras empresas de Ludwig na região. Esse complexo era gerenciado pela norte-americana Universe Tankship Inc., por sua vez subordinada desde 1979 ao Ludwig Institute for Cancer Research, entidade de direito privado com sede na Suíça. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>

“A principal atividade prevista foi a extração e produção de madeira destinada à fabricação de celulose. Para isso, cem mil hectares de floresta nativa foram reflorestados com duas espécies vegetais importadas: a gmelina arborea e o pinus caribea. No setor agropecuário, desenvolveu-se a maior área contínua de cultivo de arroz do mundo, além da criação de milhares de cabeças de gado. No setor de mineração, destacou-se a extração de caulim, além do domínio sobre importantes reservas de bauxita, minério de ferro, quartzo, calcário e ouro. Para dar sustentação a todas essas atividades, Ludwig construiu uma extensa rede de infraestrutura que incluía dezenas de quilômetros de ferrovias, centenas de quilômetros de rodovias, um porto e três vilas residenciais. Para sede do projeto foi fundado, por iniciativa de Ludwig, o núcleo urbano de Monte Dourado, localizado em área pertencente ao município paraense de Almeirim.”²⁵

O Projeto Jari marca a história dos municípios Laranjal do Jari e Vitória do Jari tanto econômica quanto socialmente.

Tendo por base o esforço realizado para o levantamento das informações que compõem os respectivos Diagnósticos Municipais da Gestão Ambiental, assim como aquelas contidas no site do Governo do Amapá, apresenta-se um breve histórico sobre os municípios integrantes da Região Sul: Laranjal do Jari e Vitória do Jari²⁶.



Figura 3: Vista aérea de rio Jari. | Fonte: www.ap.gov.br

- Município de Laranjal do Jari

Laranjal do Jari está localizado ao Sul do Estado Amapá, distante 365 km da capital Macapá.

Possui fronteiras internacionais ao norte com a Guiana Francesa e a noroeste com o Suriname. Limita-se a leste com os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Mazagão; ao sul com Vitória do Jari. Também ao sul e a oeste limita-se com o município paraense de Almeirim.

O processo de emancipação do município de Mazagão foi criado pela Lei nº 7.639, de dezembro de

1987.

Cerca de 90% da extensão territorial de Laranjal do Jari está dentro da área de proteção ambiental (APA), onde se encontra o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

²⁵ <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>

²⁶ Fontes: Governo do Estado do Amapá - <http://www4.ap.gov.br> e Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA/IBAM - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/>

A denominação de Laranjal do Jari deve-se a um pequeno laranjal que existia nas proximidades, quando da instalação do povoado, por ocasião da implantação do Projeto Jari, como dito anteriormente idealizado por Daniel Ludwig. O projeto tinha sua essência na substituição da floresta nativa por uma floresta plantada de gmelina arbórea para a fabricação de celulose. O empresário visava, também, tornar-se o maior produtor mundial de carne bovina, suína e arroz²⁷.

Considerando o porte do projeto, o Município tornou-se atrativo a um grande número de trabalhadores. Quando dispensados, esses trabalhadores não possuíam meios nem para se estabelecerem localmente nem para retornarem aos seus locais de origem. Desta forma, enquanto estratégia de sobrevivência, “a maioria passou a viver às margens do rio Jari, em palafitas, dando origem ao Beiradão, que se tornaria conhecida como a maior favela fluvial do mundo”²⁸, com altos índices de prostituição, pobreza e violência urbana.

É o terceiro Município mais populoso do Estado. Fica localizado em frente à Cidade de Monte Dourado/PA, separado pelo rio Jari, com apenas 243 metros. Com boa infraestrutura de ruas e avenidas asfaltadas, possui água tratada, luz elétrica e estrada que interliga à Capital Macapá.

As atividades que representam maior impacto econômico são: agricultura familiar, além das culturas de arroz, abacaxi, banana, cupuaçu, feijão, laranja, milho, melancia, mandioca (produz farinha na região de Água Branca); a silvicultura (floresta plantada); pecuária com a criação do gado bovino e bubalino, em maior proporção; exploração de madeira nativa, em geral de origem ilegal.

O extrativismo também contribui para a economia local, com a produção de palmito do açaí e de castanha do Brasil para exportação. Em Laranjal do Jari também estão localizadas pelo menos três cooperativas que trabalham com o extrativismo de óleo de castanha e breu branco, além do beneficiamento da castanha e transformação em diversos tipos de produtos muito utilizados, por exemplo, na merenda escolar nas escolas da região. No setor terciário se sobressai o comércio e serviços, importante para o desenvolvimento da região. A cidade conta com supermercados, mercearias, farmácias, bares, restaurantes, boates e alguns hotéis.

A mineração e a exploração florestal pelas empresas Cadam e Jari Celulose, respectivamente, assim como suas empresas terceirizadas, também utilizam a mão de obra local. São funcionários que trabalham na fabricação de celulose (matéria-prima do papel) e na exploração e industrialização do caulim feito no lado paraense da fronteira. Hoje, o setor entrou em declínio e a atividade industrial já não move a economia como em outras épocas.

Importante registrar que em dezembro de 2012 foi aprovado pelo BNDES o financiamento para a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, empreendimento que visa suprir a demanda energética para a produção de celulose ligada ao Projeto Jari²⁹.

²⁷ IBGE citando a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari em

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160080&search=amap%E1|laranjal-do-jari>

²⁸ Idem.

²⁹ Operada pela Jari Energética, empresa do grupo Orsa, proprietário do projeto Jari Celulose, atinge os municípios de Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA). As pessoas afetadas moram nas comunidades de Iratapuru, bem como nas de Porto Sabão, São Francisco, Piunquara e Moreno. Áreas protegidas afetadas: (i) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru; (ii) Estação Ecológica do Jari (zona de entorno).

<http://dams-info.org/pt>

A principal atração turística está relacionada exatamente com a Cachoeira de Santo Antônio, distante cerca de quarenta minutos de catraia da cidade de Laranjal do Jari. Serve de limite entre os estados do Amapá e Pará. Formada por processos vulcânicos ocorridos há milhões de anos atrás, é composta por várias quedas d'água. As maiores quedas chegam a uma altura de trinta metros. A Cachoeira de Santo Antônio é uma das mais belas paisagens naturais do Brasil é muito visitada nos fins de semana. A área de Laranjal do Jari também é procurada para o turismo de aventura, em especial, aos adeptos de trilhas³⁰.

Em Laranjal do Jari os maiores conflitos estão relacionados à posse da terra entre posseiros, a empresa Jari Celulose e o poder público.



Figura 4: vista parcial do Município tendo ao fundo a fábrica Jari de Celulose. | Foto: www.ap.gov.br

- Município de Vitória do Jari

Vitória do Jari faz limite ao norte com Mazagão, ao noroeste com Laranjal do Jari e ao sul, separados pelo rio Jari, com o município de Gurupá no Pará.

Localizado na parte sul do Amapá, constituído pelo distrito sede, o processo de emancipação criado pela Lei nº 0171, de setembro de 1994, resultou em seu desmembramento de Laranjal do Jari.

Sua história está ligada à Laranjal do Jari tanto no que diz respeito

aos benefícios quanto aos custos advindos do Projeto Jari³¹.

O acesso à sede municipal se dá por vias terrestre e fluvial. Sua área urbana apresenta os mesmos problemas relacionados às difíceis condições de vida das famílias moradoras nas palafitas.

A principal base econômica do Município é a agricultura, com escoamento de produção, além de comércio e serviços. Fazem parte deste cenário, plantações de milho, banana, melancia, abóbora, arroz, mandioca etc. Na pecuária, a criação de gados bovino e bubalino. As principais atividades produtivas são cooperativas voltadas ao extrativismo, como a extração de castanha-do-pará. No setor terciário figuram pequenas mercearias, bares, boates e lanchonetes. Entretanto, a maior parte da renda na cidade é oriunda de salários dos funcionários públicos.

³⁰ Fonte: Governo do Estado do Amapá <http://www4.ap.gov.br>

³¹ <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160080&search=amap%E1|vitoria-do-jari>

O fluxo econômico local também gira em função da fábrica Jari de Celulose, empresa sediada no vizinho estado do Pará, que mantém em seu quadro centenas de empregados de Vitória do Jari. Reforça ainda a economia a extração do caulim, explorada pela empresa CADAM também com sede localizada no estado do Pará,

Partindo de Vitória do Jari é possível fazer passeios de catraias (pequenas embarcações) pelo rio Cajari e, à noite tem-se uma visão deslumbrante da fábrica da Jari, que fica do outro lado do rio. Na parte mais alta do território, existe um espaço que funciona como observatório. Além disso, são permitidas visitas à mina de extração do caulim.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

O método de trabalho usado pela equipe do PQGA para a realização do ciclo de oficinas foi adotado anteriormente em atividades de planejamento desenvolvidas em outras áreas do Bioma Amazônia. Vale ressaltar, especificamente, o ciclo de oficinas de planejamento realizado junto a 12 municípios da Região Tocantina, no Estado do Maranhão, durante o período de junho de 2015 a outubro de 2016³².

Conceitos e Dimensões do Planejamento

A gestão ambiental exige planejamento por parte dos(as) gestores(as) governamentais, em especial na esfera municipal, visto que é no Município que ocorre a concretude dos desafios ambientais.

O planejamento é uma reflexão mediadora que, a partir do conhecimento obtido, precede, organiza e comanda uma ou mais ações. Para ser bem-sucedido, deve levar em conta questões técnico-políticas, como as diversas interações dos atores envolvidos, suas estratégias e visões particulares. Considerando-se que o ator que planeja é parte do processo social e político e está por este contido, ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto do planejamento³³.

A atividade de planejar e executar programas e projetos segue o ciclo próprio de: (i) diagnóstico da situação; (ii) análise e proposições de ações que enfrentem situações encontradas; (iii) definição de diretrizes e priorização de linhas de ação; (iv) execução das ações priorizadas em cada linha; e, (v) monitoramento e acompanhamento dos processos em curso permitindo a revisão e ajustes no planejamento e, conseqüentemente, na sua execução.

Ou seja, a estrutura do planejamento ocorre a partir de um retrato da realidade (diagnóstico), que por meio da análise e da proposição de ações, age hierarquizando as ações e orientando as decisões, levando em conta os recursos necessários.



Essas etapas resultam em subsídios para a elaboração de diretrizes e linhas de ação em busca dos resultados desejados. Para avaliar se a implementação das ações está modificando a realidade na direção desejada, é de fundamental importância o monitoramento e acompanhamento da implementação dessas diretrizes. Visando a melhoria contínua, o planejamento deve recomeçar ao final de cada ciclo, partindo da avaliação do que foi realizado para iniciar um novo diagnóstico que dará informações para novas análises e a proposição de novas ações.

Figura 5: Estrutura do Planejamento.

³² Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal – Maranhão – Região Tocantina. PQGA/IBAM. <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/>

³³ Matus, Carlos. Política, Planificación y Gobierno. Fundación Altadir, Caracas, 1987.

Para a análise e a proposição de ações, é fundamental a utilização de uma técnica, ou um método que permita a articulação coerente da reflexão sobre as questões discutidas. Para o presente trabalho, foi de grande importância a utilização de um método que permitisse a construção de um ator coletivo, dotado de capacidade de reflexão para orientar ações futuras na direção desejada.

Método FOFA

Para o entendimento da realidade da gestão ambiental dos municípios, utilizou-se a ferramenta de Análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. A participação do público presente foi provocada pela forma de aplicação da ferramenta, garantindo seu envolvimento nas análises dos diferentes temas de incumbência do órgão de gestão ambiental, seus parceiros e demais agentes, bem como as condições ambientais locais.

A Análise FOFA é uma ferramenta que atua como pilar de sustentação da gestão e do planejamento estratégico. Pode ser aplicada em diversos contextos, permitindo amplas e essenciais possibilidades de gestão.

Além disso, fornece dados que permitem uma leitura crítica e minuciosa de tendências e projeções futuras. Seu diagnóstico deve ser confiável na informação que oferece, integrando as necessidades apresentadas com intuito de fundamentar um planejamento de médio e longo prazo³⁴.

Possui como principal finalidade avaliar os ambientes interno e externo, formulando estratégias de otimização de desempenho, por meio da compilação dos dados em uma matriz que facilita a visualização das características que fazem parte da sigla.

Ambientes Interno e Externo

Em seu desenvolvimento, a Análise FOFA divide-se em dois ambientes: o interno e o externo, que consiste no cruzamento dos quatro fatores com os cenários observados, apresentando informações estratégicas para a gestão ambiental.

- **Análise do Ambiente Interno:** visa identificar situações inerentes aos órgãos em estudo, por meio do levantamento das Forças, consideradas como vantagens e das Fraquezas que são as inconformidades que precisam ser melhoradas.

- **Análise do ambiente externo:** visa identificar as situações não controladas pelos órgãos em estudo, buscando mapear as Oportunidades existentes que podem ser aproveitadas e as Ameaças que são pressões que podem dificultar o alcance dos objetivos de gestão ambiental.

³⁴ PAIXÃO, F. 2008. Construindo a Matriz FOFA no Planejamento. Disponível em: <http://www.iteia.org.br/construindo-a-matriz-fofa-no-planejamento>.

Quadro 3: Análise Esquemática do Método FOFA

ANÁLISE FOFA		
Ambiente Interno É controlado pelo órgão ambiental.	Forças	Fraquezas
	Pontos fortes que favorecem a atuação do órgão ambiental. Devem ser exploradas e ampliadas.	Fragilidades institucionais que atrapalham a atuação do órgão. Devem ser enfrentadas e superadas.
Ambiente Externo Não é controlado pelo órgão ambiental.	Oportunidades	Ameaças
	Vantagens e recursos (serviços, políticas, legislação, tecnologias, finanças, entre outros) que podem ser aproveitados pelo órgão. Devem ser explorados.	Pressões que dificultam a atuação do órgão e o alcance de seus objetivos. Devem ser minimizadas e evitadas.

Definição dos Temas de Gestão Ambiental

Os conceitos dos temas de gestão ambiental considerados no presente trabalho seguiram definições previstas em leis e em publicações diversas sobre meio ambiente. A seguir, estão elencadas as definições conceituais de cada um dos temas analisados.

Quadro 4: Definição dos Temas de Gestão Ambiental Municipal.

TEMAS	DEFINIÇÃO
Cobertura Florestal	<p>Cobertura Florestal: Remanescentes de vegetação nativa e/ou ambientes naturais sobre o território do Município, considerando-se tamanho, formato, composição, densidade, localização e distribuição dos mesmos. O monitoramento periódico e contínuo da cobertura florestal é uma das importantes ações que contribuem para a sua conservação.</p> <p>Incêndios Florestais: Todo o fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, trazendo prejuízos aos recursos naturais. Pode ser provocado por ação humana ou por causa natural como por raios.</p>
Uso e Ocupação do Solo	Mosaico formado pelos diferentes tipos de cobertura do território, que definem as formas de exploração que incidem sobre o terreno do município, como agropecuária, cobertura florestal, hidrografia, áreas urbanizadas, infraestruturas lineares (rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, dutos), entre outras.

TEMAS	DEFINIÇÃO
Áreas Protegidas	<p>Unidade de Conservação: Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).</p> <p>Também são áreas protegidas: Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (Cód. Florestal), Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.</p>
Cadastramento Ambiental Rural (CAR)	Registro público eletrônico de âmbito nacional, definido pela Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) e regulamentado pelo Decreto nº 7.830/2012, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, no combate ao desmatamento.
Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental	<p>Licenciamento Ambiental: Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades que utilizam recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (CONAMA, Res. nº 237/1997).</p> <p>Fiscalização Ambiental: Procedimento administrativo embasado em planos táticos e serviços de inteligência, promovido por agentes com poder de polícia para o controle e o monitoramento, com investigações e apurações de danos lesivos ao meio ambiente, baseadas em ações preventivas e repressivas.</p> <p>Monitoramento Ambiental: Processo de coleta de dados, estudo e acompanhamento contínuo e sistemático das variáveis ambientais, com o objetivo de identificar e avaliar - qualitativa e quantitativamente - as condições dos recursos naturais em um determinado momento, assim como as tendências ao longo do tempo.</p>
Recursos Hídricos	<p>Recursos Hídricos: Águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para o uso, que necessitam de estudos prévios sobre seu potencial de qualidade e quantidade suficiente para atender às demandas identificadas.</p>
Saneamento Básico	<p>Saneamento Básico: Conjunto de medidas adotadas em uma região ou município para atender à condição de bem-estar de sua população, por meio de infraestrutura e serviços de: abastecimento público de água potável; coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além da limpeza urbana e o manejo e destinação final dos resíduos sólidos.</p> <p>Resíduos Sólidos: Materiais que resultam das atividades humanas, como rejeitos industriais e minerais, restos de obras e lixo doméstico, que muitas vezes podem ser reutilizados ou reciclados.</p> <p>Efluentes Líquidos: Resíduos em meio aquoso provenientes de indústrias, esgotos domésticos e redes pluviais. Apresentam elevado potencial de contaminação química, física e biológica e necessitam passar por tratamento antes de serem lançados no ambiente.</p>

TEMAS	DEFINIÇÃO
Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos	<p>Arborização Urbana: Vegetação plantada ou nativa imprescindível para garantir a qualidade de vida nas cidades, destinada para fins como controle climático, sombreamento, absorção da poluição atmosférica, amortecimento sonoro, abrigo para a fauna, embelezamento da paisagem, lazer, dentre outros benefícios.</p> <p>Espaço Público Urbano: Área de grande porte localizada nas cidades ou em seu entorno. É destinada a atender a todo o município, podendo abrigar um grande número de estruturas e diversidade de atividades, especialmente aquelas relacionadas ao lazer esporádico e a preservação e conservação ambiental.</p>
Economia Verde	<p>Economia Verde: Mercado de pagamento por serviços ambientais, que engloba as iniciativas de geração de renda associada à conservação ambiental. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define Economia Verde como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica". Os elementos da economia verde incluem: oferta de empregos, consumo consciente, reciclagem, reutilização de bens, uso de energia limpa e valoração da biodiversidade.</p> <p>Desenvolvimento Sustentável: Modelo de desenvolvimento que prioriza a um só tempo progredir a economia, garantir a justiça social e promover a conservação ambiental, sendo capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.</p> <p>Produtividade Sustentável: Processos de produção que aliam o uso racional dos recursos naturais (florestas, solo, água e ar) e o desenvolvimento socioeconômico. Buscam a perpetuidade das fontes naturais de produtos, os valores sociais e ciclos da economia, de forma que alie os conhecimentos tradicionais e acadêmico-científicos.</p>
Conscientização Ambiental	<p>Educação Ambiental: Processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente - bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.</p>
Ferramentas de Gestão	<p>Ferramentas de Gestão: Conjunto de recursos diversos (humanos, financeiros e físicos), tecnologias (conhecimentos e instrumentos), planos e bases legais (legislação) destinados a atender eficientemente às demandas administrativas.</p> <p>Gestão Ambiental Compartilhada: Conjunto de ações coordenadas e integradas entre os setores governamentais e a sociedade civil, que atendem de maneira racional os diferentes usos dos recursos naturais e as práticas que primem pela conservação da qualidade do meio ambiente.</p> <p>Política Pública Municipal: Conjunto de instrumentos legais e ações que primam pelo atendimento das necessidades de toda a sociedade do município. Deve ser promovida de forma continuada, em favor da coletividade e por todos os Poderes Públicos, independente de mandatos de governos, vereanças, juízes e promotores.</p>
Parcerias Políticas, Técnicas e Financeiras	<p>Relações de Parcerias: Formas de integração entre segmentos e setores sociais, como governos, empresas e organizações da sociedade civil, compondo arranjos institucionais para alcançar objetivos comuns e atender interesses da coletividade e o bem comum de toda a sociedade.</p>

Processo de Trabalho

O processo metodológico utilizado ocorreu em quatro fases: (i) realização de diagnóstico participativo; (ii) definição das questões ambientais comuns; (iii) construção das diretrizes para a gestão ambiental municipal; e (iv) apresentação dos resultados.

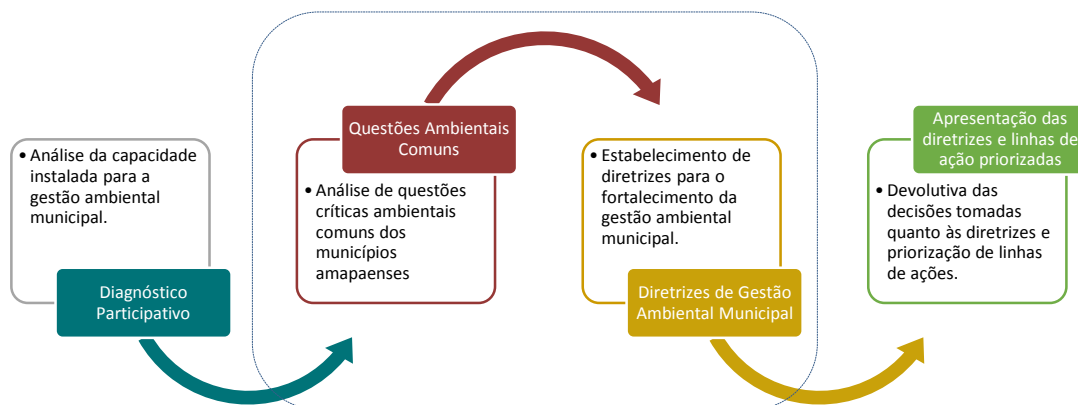


Figura 6: Organograma das etapas de diagnóstico e planejamento da Gestão Ambiental Municipal.

O levantamento de dados foi realizado no segundo semestre de 2016, visando a construção de diagnósticos da gestão ambiental, por meio da identificação de variáveis que interferem na qualidade do serviço público municipal, no contexto do desenvolvimento da gestão ambiental. Informações e dados foram coletados por meio de visitas, consultas a relatórios e processos, entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos OAMs dos 16 Municípios do Estado³⁵. Esta etapa do trabalho gerou *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá* com o objetivo de contribuir com a formulação de estratégias, visando à boa qualidade da gestão ambiental municipal pretendida pelo gestor público e esperada pela população.

Fazendo uso das informações coletadas durante a realização dos *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá*, foi programado o *Encontro Amapaense de Gestores Estaduais e Municipais de Meio Ambiente*, que teve como tema central a gestão ambiental e territorial dos municípios amapaenses.

O evento foi realizado em Macapá nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2017 e teve como público prioritário os Secretários Municipais de Meio Ambiente e suas equipes, alguns Prefeitos e representantes de OAMs. Com a presença de aproximadamente 70 participantes, foi apresentado e discutido o trabalho realizado, transmitindo a situação institucional dos Órgãos Ambientais Municipais Amapaenses.

Ao final do *Encontro*, foi considerada a necessidade de dar continuidade aos trabalhos por meio da realização de oficinas regionais, sob a ótica da gestão ambiental. Ressalta-se que a demanda estava diretamente relacionada ao momento vivido pelas novas administrações municipais,

³⁵ Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da gestão ambiental municipal / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). – Macapá: Sema, 2017 - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>

sendo fundamental a formulação de diretrizes e metas orientadoras para os respectivos planos de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

Naquela ocasião, os participantes tomaram as seguintes decisões referentes à realização das oficinas: (i) o público prioritário escolhido foi de gestores(as) da área de meio ambiente municipal; (ii) a composição dos municípios nas oficinas regionais foi realizada levando em consideração a proximidade geográfica, os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, assim como problemas em comum – detectados no Encontro, a partir da apresentação dos diagnósticos; (iii) a duração prevista de dois dias de atividades por oficina; (iv) os focos de interesse por região; (v) os municípios anfitriões; e (vi) o cronograma.

O planejamento do Ciclo de Oficinas ocorreu conforme o apresentado a seguir:

Quadro 5: Planejamento do Ciclo de Oficinas Regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*.

OFICINAS REGIÃO	MUNICÍPIOS	ANFITRIÃO	2017	FOCOS DE INTERESSE
1ª Leste	Cutias do Araguari Itaubal do Piririm Macapá Mazagão Santana	Macapá	13- 14/mar	Licenciamento focado em atividades urbanas (industrial e transporte de minerais, terrestres e orla), agronegócio, Floresta Estadual (exploração).
2ª Centro	Ferreira Gomes Pedra Branca Porto Grande Serra do Navio	Porto Grande	15- 16/mar	Acordo de cooperação técnica, madeiras, mineradoras e agronegócio, Floresta Estadual (exploração).
3ª Norte	Amapá Calçoene Oiapoque Pracuúba Tartarugalzinho	Amapá	30- 31/mar	Aspectos técnicos e legais do licenciamento (inclusive condicionantes), para setores mineral, florestal e petróleo, questão pesqueira, conservação do estoque pesqueiro (lagos), agronegócio e Floresta Estadual (exploração).
4ª Sul	Laranjal do Jari Vitória do Jari	Laranjal do Jari	04- 05/abr	Condicionantes de licenciamentos (hidrelétrica, mineradoras, extrativistas, setor florestal), apoio técnico (capacitação, informação, repasse de tecnologias, troca de conhecimento).

As oficinas foram realizadas respeitando o cronograma proposto pelos gestores municipais, ocorrendo apenas uma inversão de datas entre as Regiões Norte e Sul, motivada pelo regime de chuvas. Foram realizadas com a duração prevista e a prioridade do público também foi mantida.

Cada oficina recebeu uma média de 20 participantes. Também participaram, em menor proporção, vereadores, representantes de ONGs, sindicatos e associações locais.

Alinhadas aos objetivos anteriormente citados, as oficinas focaram na capacitação dos gestores e respectivas equipes, no sentido de reconhecer e analisar questões ambientais comuns das regiões do Amapá, técnicas de planejamento e conceitos da gestão ambiental.

Vale ressaltar o fortalecimento de parcerias estabelecidas entre os participantes, o que permitiu aprofundar o conhecimento sobre a gestão ambiental - o que é, limites e desafios - com a inserção de outros temas para além dos instrumentos de comando e controle usualmente considerados pelos gestores ambientais.

Ainda nesse contexto, cada uma das quatro oficinas foi norteadada pelos seguintes objetivos: (i) equacionar os problemas ambientais locais por meio do Método FOFA; (ii) construir diretrizes de atuação; (iii) definir linhas de ação e atividades para o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios; (iv) priorizar ações de gestão ambiental.

Os participantes discutiram sobre a realidade municipal dos temas ambientais previamente definidos e anteriormente apresentados, com o uso do Método FOFA. Foram identificadas formas de (i) explorar e ampliar forças; (ii) gerar e aproveitar oportunidades; (iii) enfrentar e vencer fraquezas; e (iv) minimizar e evitar ameaças.

Foram propostas ações exequíveis visando atender a cada um dos temas de gestão ambiental abordados. Ao mesmo tempo, foram registradas questões impeditivas ao trabalho direto dos participantes, mas que podem ser influenciadas por outras instâncias. Essas questões também são fundamentais para o direcionamento de etapas posteriores do processo, como a implementação e o monitoramento de resultados e impactos.

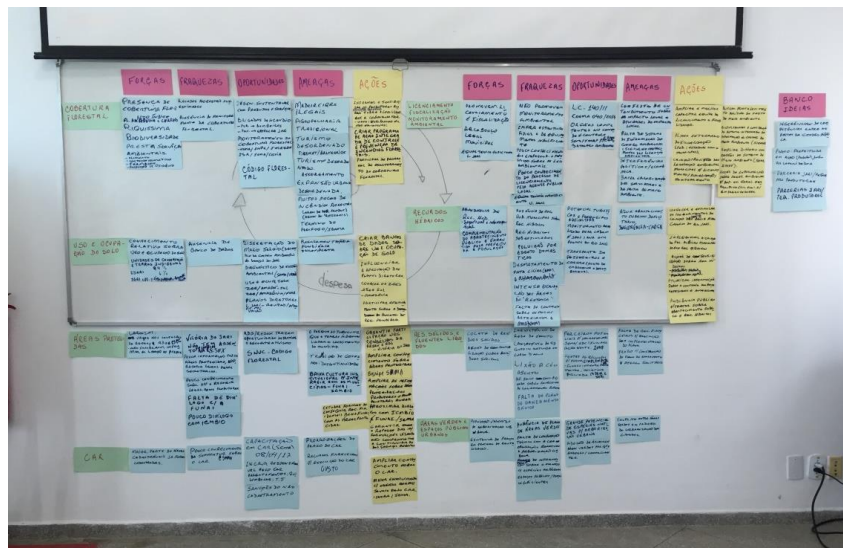


Figura 7: Foto da configuração das tarjetas da Análise FOFA da Oficina da Região Leste do Amapá
Foto: Rosan Fernandes

Nesse contexto, foi criada uma matriz com sínteses da opinião coletiva sobre cada tópico de discussão levantado. A análise dos fatores permitiu traçar as principais linhas de ação e suas atividades para cada tema.

Durante a oficina, a partir das falas dos participantes nos debates, foi realizada uma listagem das instituições citadas. A matriz gerada foi encaminhada aos gestores dos OAMs para a inserção de informações quanto ao grau de interação das instituições com o respectivo órgão, bem como seu poder de influência sobre a gestão ambiental local. Desta forma, foi possível verificar instituições que embora tenham forte poder de influência, ainda tem uma participação tímida ou não participam efetivamente das questões ambientais dos municípios, possibilitando que os gestores locais tracem estratégias de incentivo.

Por fim, foram construídas diretrizes e linhas de ação prioritárias.



Figura 8: Participantes da Oficina da Região Centro do Amapá - Porto Grande, 15-16/03/2017.
Foto: Acervo IBAM, 2017

Contudo, ressalta-se a necessidade de uma ação devolutiva das decisões tomadas nas oficinas. Para tanto, torna-se fundamental que estejam presentes, e reunidos, os protagonistas do planejamento da gestão ambiental municipal, com o objetivo de validar e alinhar as decisões que envolvam mais de um ator para sua concretização.

Posteriormente, deverão ser determinados para cada atividade: principais executores, orçamento necessário, fontes de recursos, público envolvido, assim como locais a serem trabalhados. Na etapa de implementação das diretrizes, destaca-se a importância da participação da sociedade na gestão ambiental, necessariamente, por representantes de todos os segmentos sociais e de todas as esferas de governo. Assim, ressalta-se a necessidade de garantir a participação de grupos com poder de atuação e influência na área ambiental.

RESULTADOS OBTIDOS

Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental

A partir do método de análise FOFA, os quadros a seguir apresentam a visão dos participantes sobre as relações estabelecidas entre os ambientes interno e externo e as linhas temáticas apresentadas.

Quadro 6: Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental com questões comuns à região Sul – Laranjal do Jari, 04 e 05 de abril de 2017

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Cobertura Florestal	<ul style="list-style-type: none"> – Presença de cobertura florestal (com) alto índice: Floresta Amazônica e Cerrado. – Riquíssima biodiversidade. – Presta (ção de) serviços ambientais: alimento, controle climático, fármacos, produção de oxigênio. 	<ul style="list-style-type: none"> – Recursos florestais subestimados. – Ausência de monitoramento de cobertura florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento sustentável com produtos e serviços. – Brigadas de incêndio: pública - bombeiros; e privada - empresa JARÍ. – Monitoramento da cobertura florestal: MMA, INPE, IMAZON, ISA, SEMA, CGTIA. – Código Florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> – Madeireiras ilegais. – Agropecuária tradicional. – Turismo desordenado: desmatamento em balneários e assoreamento. – Expansão urbana desordenada. – Muitos focos de incêndios florestais: áreas de pequenos produtores e de ressacas. – Término do PREVFOGO/IBAMA.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecimento relativo sobre uso e ocupação do solo. – (Em Laranjal do Jarí) Unidades de Conservação e Terras Indígenas (somam) 94% e Jarí Celulose, área urbana e agropecuária (somam) 6% (do território). 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de banco de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Dissertação de Mário Sérgio (SEMA): Diagnóstico da Gestão Ambiental de Laranjal do Jarí. – Diagnóstico de Gestão Ambiental: SEMA-IBAM – ZEE/Amapá - Sul; e ZEE/Amazônia/MMA. – Planos Diretores: em revisão - Laranjal do Jarí; em aprovação - Vitória do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – Regulamentação fundiária incompleta.
Áreas Protegidas	<ul style="list-style-type: none"> – Laranjal do Jarí (possui) vagas nos conselhos da RESEX, RDS e ESEC; não souberam informar em relação ao Parque (Tumucumaque). 	<ul style="list-style-type: none"> – Vitória do Jarí não tem assento no conselho da RESEX. – Pouca informação (conhecimento) sobre áreas protegidas: APP (e) Reserva Legal pelas secretarias. – Pouco conhecimento sobre APP e Reserva Legal pelos produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> – RDS e RESEX trazem oportunidade de praticar o agroextrativismo. – SNUC e Código Florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> – Parque do Tumucumaque e Terras Indígenas limitam o crescimento (desenvolvimento econômico) do Município. – Transições de governo: descontinuidade. – Baixa cultura institucional para interagir com os municípios: FUNAI e ICMBio.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Cadastramento Ambiental Rural	<ul style="list-style-type: none"> – Maior parte de áreas cadastráveis já foram cadastradas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta do diálogo com a FUNAI. – Pouco diálogo com ICMBio. – Pouco conhecimento das secretarias sobre o CAR. 	<ul style="list-style-type: none"> – Capacitação em CAR (SEMA): 08/04/2017. – INCRA é responsável pelo CAR (em) assentamentos, quilombos e terras indígenas. – Sanções do não cadastramento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Prorrogações do prazo do CAR. – Recursos financeiros para execução do CAR: custo.
Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Promovem licenciamento ambiental. – Arcabouço legal municipal. – Equipe técnica suficiente - Laranjal do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – Não promovem monitoramento ambiental (sistemático). – Infraestrutura física e de equipamentos insuficiente. – Pouco conhecimento dos empreendedores e população sobre as leis ambientais. – Pouco conhecimento do processo de licenciamento pelo agente público local. – Equipe técnica insuficiente (em) Vitória do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – LC 140/11 e COEMA 040/2014. – Órgãos competentes no comando e controle: SEMA, IMAP, IBAMA, ICMBio, Batalhão Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conflito de entendimento sobre (quais seriam) atividades de impacto local. – Falta de sistema de informação da gestão ambiental - SIEMA - no conhecimento das licenças ambientais. – Interferências (de grupos) políticos e econômicos. – Baixa valorização dos servidores e da pasta de meio ambiente.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> – Abundância de recursos hídricos: superficial e subsuperficial. – Complementação do abastecimento público é garantida pela Prefeitura e (pela própria) população. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de política pública municipal sobre recursos hídricos. – Recursos hídricos subestimados. – Poluição por esgoto doméstico. – Desmatamento (de) mata ciliar (APP) e assoreamento (em diversos trechos). – Intensa ocupação das áreas de ressaca. – Falta de controle sobre os poços artesianos e amazonas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Potencial turístico e pesqueiro: aquicultura. – Monitoramento (da água) realizado pela CADAM e (pela empresa) Jarí; (e pela) ANA em pontos do rio Jarí. – Transporte de passageiros e cargas: porto de embarque e desembarque. 	<ul style="list-style-type: none"> – Abastecimento público (de água) deficitário: ingerência (da) CAESA. – Falta de comitê de bacia hidrográfica do rio Jarí.
Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	<ul style="list-style-type: none"> – Coleta de resíduos sólidos. – Ações de sensibilização sobre resíduos sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Lançamento de esgoto <i>in natura</i> em curso(s) d'água. – Existência de rede de esgoto. – Lixão a céu aberto. – População pouco sensibilizada sobre problemas de saneamento básico. – Falta de plano de saneamento básico. 	<ul style="list-style-type: none"> – Parceiros potenciais para saneamento: SEMA, SDC, FUNASA, CALHA NORTE, IFAP. – Fontes de recursos para (elaboração) plano e implementação: FUNASA, emenda parlamentar, iniciativa privada (empresas e ONGs), CADAM, JARÍ 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de recursos financeiros para execução e implementação do plano. – Prazo para construção do plano de saneamento e aterro sanitário.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> – População valoriza a arborização urbana. – Existência de praças em processo de revitalização. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de plano de áreas verdes. – Falta de cooperação técnica com a CEA (para a) arborização urbana. – Pouca informação sobre manejo com espécies arbóreas. – Espaços públicos/praças insuficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Grande potencial de espécies nativas para arborização urbana. – Adoção de árvores/áreas verdes por moradores/comerciantes. – Conflito entre áreas verdes e o padrão de urbanização das cidades. 	
Economia Verde	<ul style="list-style-type: none"> – Extrativismo: castanha, açaí, miriti. – Projeto de REDD da Jarí. – Ecoturismo: Parque Tumucumaque. – Ações de restauração florestal (JARÍ e RESEX). – Parcerias JARÍ- pequenos produtores: GUCAL. 	<ul style="list-style-type: none"> – Pouco apoio a projetos de economia verde. – Pouco conhecimento de mecanismos de PSA pelas secretarias municipais. – Pouco conhecimento sobre os royalties da extração mineral. 	<ul style="list-style-type: none"> – Recursos de floresta e do cerrado. – (Venda de produtos agrícolas) PAA - estadual; e PNAE - federal; CONAB - federal; privado - supermercado, empresa NATURA. – Mercado crescente de produtos de origem natural da Amazônia: fármacos, gastronomia, cosméticos, fibras. – Mecanismos de PSA existentes no Brasil. – Apoio do IMAPA e COLEGIADO SUL do Amapá. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assistência técnica e financeira deficitária (para) agricultura e extrativismo: INCRA, RURAP, MST. – Interesses de grupos políticos e econômicos.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Conscientização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Ações de educação ambiental. – Plano de EA: Laranjal do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de plano de EA - Vitória do Jarí. – Pouco conhecimento, interesse e incentivo de educadores, lideranças comunitárias, grupos religiosos, terceira idade, associações, cooperativas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Plano Nacional de Educação Ambiental. – Meios de comunicação: rádio, internet, TV, jornal. – Programa de educação ambiental da SEMA. 	
Instrumentos de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> – Arcabouço legal. – Conselho ativo: Vitória do Jarí. – Licenciamento e fiscalização. – Ações de educação ambiental. – Guarda Ambiental: Laranjal do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fundo de Meio Ambiente sem gestão plena. – Conselho inativo: Laranjal do Jarí. – Equipe insuficiente e sem capacitação plena. – Insuficiência de equipamentos e sem sedes próprias. – Ausência de planos estruturados de gestão ambiental. – Prefeitura sem setor de SIG - Sistema de Informações Geográficas: Vitória do Jarí. 	<ul style="list-style-type: none"> – Capacitações: PQGA/IBAM, PEFOGAM/SEMA, PROGAB/MMA. – Fontes de recursos: FNMA/MMA, fundos privados, ONGs - WWF, TNC, CI, FUNDAÇÃO Boticário; PETROBRAS (AMBIENTAL); FUNDAÇÃO JARÍ, (FUNDAÇÃO) BB (Banco do Brasil); Itaú; BNDES. – Legislação ambiental brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> – Baixa valorização da pasta de meio ambiente.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Parcerias Políticas, Técnicas e Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> – Projeto Prefeitura em Ação: junto às comunidades. – Parceria Jarí - pequenos produtores. – Ações pontuais com parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de informação de parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> – FUNDAÇÃO JARÍ, IBAM, SEMA, IMAP, EDP, CADAM, BATALHÃO AMBIENTAL, MP, população, lideranças comunitárias/sociais. – Demais secretarias e órgãos municipais: Saúde, Educação, Planejamento, Obras, Agricultura, Defesa Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ingerências de competências entre as pastas da gestão pública. – Conflito de interesse (público e privado). – Influência (de grupos) políticos

Matriz das Relações Interinstitucionais dos OAMs

Quadro 7: Matriz de relações interinstitucionais do OAM de Laranjal do Jari (AP).

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Órgãos Governamentais	ANA	Agência Nacional de Águas	Distante	Baixo
	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	Próximo	Alto
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	Médio	Médio
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	Próximo	Baixo
	ESEC	Estação Ecológica do Jari	Próximo	Baixo
	FUNAI	Fundação Nacional do Índio	Distante	Baixo
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	Próximo	Alto
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Próximo	Baixo
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	Médio
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Próximo	Médio
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	Próximo	Baixa
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Distante	Baixo
	MP	Ministério Público	Próximo	Alto
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	Distante	Baixo
	RDS	Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapurú	Próximo	Alto
	RESEX	Reserva Extrativista Federal do Rio Cajari	Próximo	Alto
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	Próximo	Médio
	SDC	Secretaria de Desenvolvimento das Cidades	Próximo	Alto
	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Próximo	Baixo
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Próximo	Alto

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Instituições de Pesquisas	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Médio	Baixo
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Próximo	Baixo
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Distante	Baixo
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Distante	Baixo
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Próximo	Médio
Grupos Mistos	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	Próximo	Médio
	COLEGIADO SUL	Colegiado Sul do Amapá	Próximo	Médio
Empresas	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Distante	Baixo
	CADAM	CADAM S/A	Próximo	Baixo
	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Próximo	Médio
	CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá	Próximo	Alto
	CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	Próximo	Alto
	EDP	EDP Energias do Brasil	Médio	Médio
	JARI	Jari Celulose - Grupo Jari	Próximo	Alto
	NATURA	Empresa Natura	Distante	Baixo
Sociedade Civil	CI	Conservação Internacional do Brasil	Distante	Baixo
	FUNDAÇÃO BB	Fundação Banco do Brasil	Distante	Baixo
	FUNDAÇÃO BOTICÁRIO	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Distante	Baixo
	FUNDAÇÃO JARI	Fundação Jari	Próximo	Alto
	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	Próximo	Alto
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	Distante	Baixo
	ISA	Instituto Socioambiental	Distante	Baixo
	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Distante	Baixo

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
	PETROBRAS AMBIENTAL	Programa Petrobras Socioambiental	Distante	Baixo
	TNC	The Nature Conservancy	Distante	Baixo
	WWF	World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza)	Próximo	Médio

Quadro 8: Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Vitória do Jari (AP).

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Órgãos Governamentais	ANA	Agência Nacional de Águas	DISTANTE	ALTO
	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	DISTANTE	ALTO
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	PRÓXIMO	ALTO
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	PRÓXIMO	ALTO
	ESEC	Estação Ecológica do Jari	DISTANTE	ALTO
	FUNAI	Fundação Nacional do Índio	DISTANTE	ALTO
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	PRÓXIMO	ALTO
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	DISTANTE	ALTO
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	DISTANTE	ALTO
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	PRÓXIMO	ALTO
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	PRÓXIMO	ALTO
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	DISTANTE	ALTO
	MP	Ministério Público	PRÓXIMO	ALTO
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	MÉDIO	ALTO
	RDS	Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapurú	DISTANTE	ALTO
	RESEX	Reserva Extrativista Federal do Rio Cajari	DISTANTE	ALTO

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	PRÓXIMO	ALTO
	SDC	Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades	PRÓXIMO	ALTO
	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	DISTANTE	ALTO
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	PRÓXIMO	ALTO
Instituições de Pesquisas	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	DISTANTE	ALTO
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	DISTANTE	ALTO
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	DISTANTE	ALTO
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	DISTANTE	ALTO
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	DISTANTE	ALTO
Grupos Mistos	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	DISTANTE	ALTO
	COLEGIADO SUL	Colegiado Sul do Amapá	MÉDIO	ALTO
Empresas	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	DISTANTE	ALTO
	CADAM	CADAM S/A	MÉDIO	ALTO
	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	MÉDIO	ALTO
	CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá	PRÓXIMO	ALTO
	CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	DISTANTE	ALTO
	EDP	EDP Energias do Brasil	DISTANTE	ALTO
	JARI	Jari Celulose - Grupo Jari	PRÓXIMO	ALTO
	NATURA	Empresa Natura	DISTANTE	ALTO

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Sociedade Civil	CI	Conservação Internacional do Brasil	DISTANTE	ALTO
	FUNDAÇÃO BB	Fundação Banco do Brasil	DISTANTE	ALTO
	FUNDAÇÃO BOTICÁRIO	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	DISTANTE	ALTO
	FUNDAÇÃO JARI	Fundação Jari	PRÓXIMO	ALTO
	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	PRÓXIMO	ALTO
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	DISTANTE	ALTO
	ISA	Instituto Socioambiental	DISTANTE	ALTO
	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	DISTANTE	ALTO
	PETROBRAS AMBIENTAL	Programa Petrobras Socioambiental	DISTANTE	ALTO
	TNC	The Nature Conservancy	DISTANTE	ALTO
	WWF	World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza)	DISTANTE	ALTO

Matriz Executiva

A seguir, são apresentadas as ações identificadas como prioritárias, a partir da análise dos temas de gestão ambiental nos municípios, durante a oficina de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*. As ações estão ordenadas em blocos temáticos, de acordo com sua natureza, em cinco linhas estratégicas, a saber:

Linha Estratégica 1 - Aparentamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados

Linha Estratégica 2 - Maestria no Comando e Controle

Linha Estratégica 3 - Gestão Territorial Primorosa

Linha Estratégica 4 - Relações de Parcerias Incrementadas

Linha Estratégica 5 - Desenvolvimento da Economia Verde.

Quadro 9: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 1 – Aparelhamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
1.1. RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS	1.1.1. Investir na ampliação e qualificação da equipe da Secretaria, por meio de capacitações, seminários temáticos, entre outras atividades.
	1.1.2. Manter rotina de reuniões da equipe, visando nivelamento de informação e motivação interna na equipe.
	1.1.3. Buscar maior interação da SMMA com demais secretarias municipais de governo, de forma que a temática ambiental seja priorizada pelo governo.
1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO	1.2.1. Ampliar a estrutura da Secretaria e promover atualização frequente de métodos de ação, equipamentos e demais tecnologias.
	1.2.2. Aderir ao PEFOGAM/SEMA e identificar formas de apoio para a gestão ambiental municipal, como capacitações e repasse de equipamentos.
	1.2.3. Reativar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Laranjal do Jari.
	1.2.4. Verificar a necessidade de ampliação e revisão do arcabouço legal ambiental, Código Ambiental, Conselho e Fundo de Meio Ambiente.
	1.2.5. Buscar recursos financeiros para ativar o Fundo de Meio Ambiente, diversificando as fontes de recursos.
	1.2.6. Buscar parceria para SIG: estado, ONGs, privado.
	1.2.7. Criar banco de dados ambientais para o Município e estudar viabilidade de criação de programa de geoprocessamento na Prefeitura.
	1.2.8. Realizar estudos preliminares para o ZEE do Município.
	1.2.9. Ampliar a parceria com o Ministério Público, de modo a direcionar compensações e acordos jurídicos e conversão de penas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Quadro 10: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 2 – Maestria no Comando e Controle.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
2.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	2.1.1. Ampliar e melhor qualificar equipe de licenciamento ambiental.
	2.1.2. Criar/revisar a legislação ambiental municipal para licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental.
	2.1.3. Acompanhar a construção do Sistema Integrado de Informação de Gestão de Meio Ambiente (SIEMA).
	2.1.4. Ampliar diálogo com órgãos do sistema de meio ambiente: SEMA, IMAP.
	2.1.5. Disseminar informações sobre licenciamento ambiental para o meio empresarial e de prestação de serviços, em parceria com Associação Comercial e demais organizações de representação de classe.
	2.1.6. Ações de informações sobre licenciamento ambiental pela população em geral e específico - licenciamento e fiscalização - para empreendedores.
2.2. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.2.1. Formalizar parcerias para fiscalização: IMAP, IBAMA, ICMBio, Batalhão Ambiental, PRF, DNPM, visando construir um plano integrado de fiscalização.
	2.2.2. Promover a disseminação sobre a legislação ambiental vigente junto à comunidade local e ao meio empresarial.
2.3. MONITORAMENTO AMBIENTAL.	2.3.1. Promover o monitoramento ambiental sistemático do território municipal, identificando alvos de monitoramento (água, ar, solo, som, visual) que mais apresentam impactos ao respectivo Município.
	2.3.2. Criar banco de dados ambientais
	2.3.3. Realizar parceria com instituições para o monitoramento ambiental e/ou participar de programa de monitoramento ambiental: SEMA/AP, MMA, INPE.
2.4. COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS	2.4.1. Liderar a criação programa integrado de prevenção e controle de incêndios florestais, junto a empresas, corpo de bombeiro, brigadistas voluntários, proprietários rurais, com simulações de acidentes, mapeamento de vias de acesso e fonte de água, entre outros.
	2.4.2. Promover a disseminação de técnicas que substituem as queimadas de pastagens e agricultura.

Quadro 11: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 3 – Gestão Territorial Primorosa.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
3.1. COBERTURA FLORESTAL	3.1.1. Promover ações de informação e sensibilização sobre a importância da conservação da cobertura florestal e a legislação ambiental (Código Florestal), com produtores rurais, proprietários de balneários, técnicos da Prefeitura e de empresas, órgãos ambientais e demais, por meio de visitas, distribuição de materiais educativos, seminários e reuniões de informação e esclarecimentos.
	3.1.2. Criar ou participar de programa integrado de prevenção e controle de incêndios florestais.
	3.1.3. Participar de programa de monitoramento de cobertura florestal (MMA, INPE, SEMA).
	3.1.4. Estruturar programa de geoprocessamento na Secretaria ou influenciar a criação deste em outro setor da Prefeitura.
	3.1.5. Realizar mapeamento periódico da cobertura florestal no respectivo Município, com atenção ao déficit de cobertura de APP.
	3.1.6. Implantar viveiro de mudas e espécies nativas (local) e de produção para fomentar ações de recuperação de áreas degradadas, arborização urbana e agroecologia, e fortalecer a agricultura, dentre outros.
3.2. CADASTRAMENTO AMBIENTAL RURAL (CAR)	3.2.1. Ampliar o conhecimento da equipe do OAM sobre o CAR.
	3.2.2. Buscar maior envolvimento com órgãos responsáveis pelo CAR: INCRA, SEMA.
	3.2.3. Divulgar informações sobre o CAR e orientações para sua realização junto aos detentores de imóveis rurais, nos diversas mídias: rádio, redes sociais; e por meio de seminários.
	3.2.4. Incentivar e acompanhar a regularização ambiental dos imóveis rurais após o cadastramento no CAR.
3.3. ÁREAS PROTEGIDAS	3.3.1. Ampliar conhecimento da equipe do OAM sobre áreas protegidas, especialmente sobre o SNUC (Lei no 9.985/2000) e o Código Florestal (Lei no 12.651/2012).
	3.3.2. Disseminar conhecimento sobre áreas protegidas, especialmente APP e RL (Código Florestal), junto aos proprietários rurais e afins, alertando sobre ocupações irregulares em áreas protegidas.
	3.3.3. Estudar formas de conseguir recursos financeiros e demais benefícios com as áreas protegidas.
	3.3.4. Ampliar o diálogo com ICMBio, FUNAI e SEMA sobre
	3.3.5. Garantir o repasse das informações sobre as áreas protegidas entre os gestores novos e antigos, com a transição de governos, visando não comprometer a continuidade dos serviços públicos.
	3.3.6. Garantir participação de Vitória do Jari nos conselhos da RESEX e RDS.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
3.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	3.4.1. Ampliar conhecimento sobre o uso e a ocupação do solo no Município.
	3.4.2. Criar banco de dados sobre uso e ocupação do solo no Município.
	3.4.3. Influenciar a aprovação do Plano Diretor Municipal.
	3.4.4. Conhecer os ZEEs: Área Sul (macapaense) e Amazônia (MMA).
	3.4.5. Conhecer melhor a situação fundiária no Município e participar efetivamente do processo de regulamentação fundiária.
3.5. SANEAMENTO BÁSICO	3.5.1. Influenciar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e atrair investimento para implantá-lo.
	3.5.2. Identificar locais potenciais para aterro sanitário.
	3.5.3. Estudar e identificar potenciais fontes financiadoras para execução do Plano de Saneamento Básico: Calha Norte, site PQGA/IBAM, emenda parlamentar, FUNASA, acordos judiciais.
	3.5.4. Estudar modelos de programas de reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos.
	3.5.5. Promover ações de informação e sensibilização sobre saneamento básico: comerciantes, ribeirinhos, pescadores e população em geral.
3.6. RECURSOS HÍDRICOS	3.6.1. Incentivar a criação de políticas municipais sobre recursos hídricos.
	3.6.2. Conhecer melhor e estimular os procedimentos de criação de comitê de bacia hidrográfica do rio Jarí junto a Prefeituras e demais instituições da região.
	3.6.3. Implantar programa ou ações de informação e sensibilização de recursos hídricos: produtores rurais, população em geral.
	3.6.4. Atualizar informações sobre o uso e o controle dos poços artesianos e amazonas, junto à CAESA, IEPA e SEMA.
	3.6.5. Promover audiência pública para tratar sobre abastecimento público e recursos hídricos.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
3.7. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS	3.7.1. Criar plano e/ou programa de áreas verdes.
	3.7.2. Mapear e monitorar a qualidade das áreas verdes das áreas urbanizadas
	3.7.3. Identificar áreas potenciais para a criação de novas áreas verdes.
	3.7.4. Promover a disseminação de informações sobre arborização e manejo de espécies arbóreas, informando e sensibilizando a sociedade local para a importância das áreas verdes: escolas, igrejas, associações, empresas.
	3.7.5. Criar campanha de adoção de praças e demais áreas verdes por empresas e particulares.
3.8.. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	3.8.1. Criar programa de educação ambiental com curso de formação de agentes multiplicadores (professores) e projetos em suas escolas e comunidades, integrado às Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, e parceiros externos: SEMA, FUNDAÇÃO JARÍ.
	3.8.2. Promover a educomunicação ambiental (explorando) os meios de comunicação.
	3.8.3. Criar Plano de Educação Ambiental para Vitória do Jarí.
	3.8.4. Promover audiências públicas sobre a Gestão Ambiental, em parceria com Câmara Municipal, Ministério Público e demais órgãos ambientais.

Quadro 12: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 4 – Relações de Parceiras Incrementadas.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
4.1. PARCERIAS POLÍTICAS, TÉCNICAS E FINANCEIRAS	4.1.1. Firmar parcerias formais com demais órgãos públicos, ONGs e empresas para a gestão ambiental.
	4.1.2. Firmar parcerias formais com universidades e instituições afins para levantamentos e pesquisas sobre a biodiversidade presente no Município.
	4.1.3. Fortalecer politicamente a Secretaria de Meio Ambiente junto à equipe de governo.
	4.1.4. Fortalecer as parcerias internas, junto aos demais setores da Prefeitura.
	4.1.5. Levantar periodicamente editais de financiamento de projetos ambientais e submeter propostas baseadas nas ações deste Relatório com as Diretrizes de Gestão Ambiental.
4.2. GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA	4.2.1. Desenvolver parcerias com as principais empresas locais para incrementar as ações de sustentabilidade e seus resultados e impactos positivos.
	4.2.2. Promover o envolvimento e buscar dividir tarefas de gestão ambiental compartilhada com proprietários rurais e empreendedores.
	4.2.3. Buscar atrair para o Município, ações de organizações profissionais que atuam com o desenvolvimento sustentável (produção sustentável, reciclagem).
4.3. GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	4.3.1. Buscar aproximação e desenvolver ações em parceria com os gestores das UCs existentes no Município
	4.3.2.. Participar das reuniões dos Conselhos Gestores da(s) UC(s) presente(s) no Município.
	4.3.3. Buscar aproximação com representantes de proprietários rurais e organizar eventos e atividades sobre APPs, Reservas Legais e RPPN.
4.4. RECURSOS HÍDRICOS	4.4.1. Buscar aproximação com órgãos e empresas de gestão do sistema de coleta e distribuição da água para influenciar melhores práticas de gestão.
	4.4.2. Incentivar a organização de grupos da sociedade civil para a promoção de ações de conservação da água.

Quadro 13: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 5 – Desenvolvimento da Economia Verde.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
5.1. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	5.1.1. Ampliar conhecimento sobre a Economia Verde.
	5.1.2. Criar Plano Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Economia Verde no Município.
	5.1.3. Estudar os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais, especialmente sobre cobertura florestal e recursos minerais, que possam gerar recursos financeiros, e buscar adequação de modelos mais apropriados para os municípios.
	5.1.4. Ampliar conhecimento sobre o pagamento de royalties de extração mineral e sua aplicação no respectivo Município, de forma a arrecadar recursos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.
	5.1.5. Buscar parceria para o desenvolvimento do ecoturismo com órgãos de turismo e correlatos para a qualificação para o receptivo, infraestrutura e empreendedorismo.
	5.1.6. Coordenar a formação de grupo de trabalho entre prefeituras para estudar mecanismos do ICMS-E no estado e propor eventuais ajustes para sua melhoria na ótica do interesse municipal.
	5.1.7. Ampliar conhecimento sobre Compensação Ambiental e formas de favorecimento das OAMs.
5.2. CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	5.2.1. Identificar e disseminar alternativas para a produção sustentável: em pastagens, com os métodos de manejo rotativo; e na produção agrícola com base na agroecologia.
	5.2.2. Influenciar os mecanismos de apoio às cadeias produtivas dos municípios, incentivando e incrementando cada etapa da exploração de recursos florestais, como castanha, açaí, dentre outros.
	5.2.3. Atrair investimentos e apoios ao desenvolvimento das cadeias produtivas sustentáveis.
	5.2.4. Disseminar informações e promover ações sobre atividades produtivas sustentáveis e seus benefícios para o bem estar da sociedade (cartilhas, seminários, feiras de produtos orgânicos).

ANÁLISES DE RESULTADOS

O principal resultado da *Oficina de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável* é o processo de construção da matriz de análise FOFA, direcionada aos temas gestão ambiental e à realidade dos municípios analisados neste trabalho. Contudo, devem ser explicitados outros importantes resultados alcançados, junto aos gestores ambientais, tais como:

- O entendimento da real dimensão do trabalho que compete aos OAMs, proporcionado pela discussão, a um só tempo, de todos os temas de gestão ambiental relevantes no contexto do presente trabalho;
- O enriquecimento de conhecimento sobre alguns conceitos da temática ambiental;
- A capacitação sobre o método de planejamento empregado na oficina, com participação efetiva das equipes dos OAMs; e
- O contato e a troca de experiências entre os gestores ambientais dos diferentes municípios participantes.

Após o preenchimento da matriz de análise FOFA, foi realizado o cruzamento dos dados apresentados com o objetivo de identificar as melhores formas de solucionar questões prementes, aproveitando ao máximo os potenciais dos OAMs e as oportunidades para a gestão.

Sobre os Temas de Gestão Ambiental

- Cobertura Florestal

A região possui alto índice de cobertura florestal do Bioma Amazonas e alguns trechos de Cobertura de Cerrado. A cobertura de floresta se encontra em bom estado de conservação, contudo os gestores não sabem precisar a porcentagem desta cobertura, durante a oficina, apesar de apontarem que a mesma presta importantes serviços ambientais como: produção de alimento, controle climático, fármacos e produção de oxigênio. As áreas de Cerrado, comumente, são as que abrigam a maior quantidade de áreas de agricultura familiar.

Apesar da riquíssima biodiversidade presente na região, de acordo com os gestores municipais, os recursos florestais são bastante subestimados, tanto do ponto de vista do extrativismo, quanto de seu manejo e conservação. Os gestores municipais informaram que não possuem mapeamento da cobertura florestal da região, necessitando obtê-lo para quantificar a cobertura florestal e identificar as áreas que sofrem ameaças por desmatamento e incêndios florestais. Este trabalho por ser feito com a produção de mapas com recursos próprios, ou pela obtenção de mapas com instituições parceiras. Também é importante que os OAMs participem de programas de monitoramento da cobertura florestal, junto ao INPE, CGTIA/SEMA e MMA, além de instituições privadas, como IMAZON e ISA.

Sabe-se também que as florestas da região resguardam uma riquíssima biodiversidade, a qual necessita estudos específicos sobre os diversos grupos da biota, para os quais deve ser buscada a parceria com universidade e demais instituições de pesquisas. A atividade de exploração de madeira é comum na região, muito provavelmente pela alta incidência da cobertura florestal. Contudo, apenas parte das madeireiras opera com permissão do órgão competente e várias outras atuam na clandestinidade.

Em contrapartida, as áreas protegidas da região, especificamente as várias UCs e as TIs favorecem a conservação da cobertura florestal, apesar de ameaças de exploração verificada em algumas localidades. Ressalta-se que os dois municípios possuem terras na RESEX do Cajari, a qual possui ações de manejo florestal prevista em seu plano de manejo.

De modo geral, a capacidade de fiscalização dos OAMs é baixa, bem como poucas ações dos demais órgãos de fiscalização para coibir o desmatamento são verificadas nos municípios da região. Os gestores ainda destacam que o desconhecimento sobre a legislação ambiental é mais um dos aspectos que incentiva a exploração da madeira e pode comprometer a cobertura florestal na região e em todo o estado. Dentre as oportunidades para reverter o desmatamento na região há a possibilidade da implantação de programas de pagamento por serviços ambientais, gerando renda com as áreas recobertas pela vegetação nativa.

Dentre as principais ameaças à cobertura florestal da região, identificadas na oficina de planejamento, foram apontadas: madeireiras ilegais, a agropecuária tradicional, o turismo desordenado que causa desmatamento em balneários, a expansão urbana desordenada e muitos focos de incêndios florestais em áreas de pequenos produtores e de ressacas; e o término do PREVFOGO/IBAMA. Apesar deste último item, ressalta-se que existem, ao menos, duas brigadas que podem atuar em casos de incêndios florestais, sendo estas o Corpo de Bombeiros e a brigada da empresa Jarí, a qual possui plantios de eucalipto e um confiável programa de monitoramento de incêndios florestais.

- Uso e Ocupação do Solo

Sabe-se que a matriz da paisagem da região é dominada por cobertura de vegetação nativa e a presença de várias UCs e TIs, contudo, há inúmeras áreas com atividades diversas com expansão da agropecuária, mesmo que tímida, além da exploração da madeira nativa e de plantios de eucalipto e mineração de caulim. Os gestores municipais afirmaram que em Laranjal do Jarí, as UCs e TIs ocupam 94% de seu território, com o restante de 6% do território são ocupados pelos plantios de eucalipto da empresa Jarí Celulose, área urbana e agropecuária. Contudo, os OAMs não possuem um conhecimento sistematizado sobre o uso e a ocupação do solo na região. Indicando, portanto, a necessidade de ampliarem os referidos conhecimentos. Frente a isso, recomenda-se a criação de um banco de dados sobre o uso e a ocupação do solo para cada Município, de modo que os OAMs tenham um maior controle sobre estes aspectos.

Segundo os gestores municipais, a regularização fundiária, em ambos os municípios, não se encontra plenamente definida, ainda com conflitos em várias localidades. De modo geral, a grande maioria das famílias que praticam a agricultura familiar na região são detentoras da posse de suas terras, localizadas em assentamentos rurais, favorecendo os aspectos da justiça social, com distribuição de terra, mas com pouco apoio técnico por parte dos órgãos de extensão rural. Contudo, faz-se necessário um esforço por parte dos gestores locais sobre a situação

fundiária dos imóveis rurais, de modo a ampliar o conhecimento sobre esta situação. O mesmo se aplica para a situação do Cadastro Ambiental Rural, que pode favorecer sobremaneira o conhecimento sobre o uso e ocupação do solo nos territórios municipais da região Sul.

A falta de infraestrutura adequada para a ampliação das cidades, decorrente da expansão urbana, bem como a extração mineral irregular são outras ameaças à cobertura florestal. Neste sentido, os respectivos Planos Diretores podem contribuir com o ordenamento espacial, ressaltando-se que este importante instrumento de gestão encontra-se em processo de revisão em ambos os municípios, estando mais avançado e em fase de aprovação em Vitória do Jarí, sendo que sua revisão foi iniciada há pouco em Laranjal do Jarí.

Outros instrumentos que podem contribuir para o ordenamento do uso e ocupação do solo na região são: o ZEE da Região Sul do Amapá e o ZEE da Amazônia (MMA), que inclui os dois municípios.

Ainda, foram apontados outros dois importantes trabalhos para o uso e ocupação do solo na região: o Diagnóstico de Gestão Ambiental: SEMA-IBAM, elaborado recentemente nos dois municípios; e a dissertação de mestrado de Mário Sérgio dos Santos Ribeiro, Engenheiro Florestal e técnico da SEMA, que tem por tema a Gestão Ambiental de Laranjal do Jarí.

- Áreas Protegidas

Juntos, os municípios contam com quatro UCs de diferentes categorias de manejo: Estação Ecológica do Jari; Reserva Extrativista do Rio Cajari; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

Ressalta-se que todas estas unidades possuem parte de seu território em Laranjal do Jarí e apenas a RESEX do Rio Cajari possui parte em Vitória do Jarí. Em Laranjal do Jarí também existe parte da Terra Indígena Waiãpi, que abriga o povo homônimo e possui uma extensão total de 607.017 hectares. O quadro 14 apresenta a listagem de unidades de conservação inseridas nos municípios em questão.

A região não possui, até o presente, qualquer UC municipal. Todas as áreas protegidas supracitadas foram apontadas durante a oficina e dados básicos sobre as mesmas foram levantados durante a etapa de diagnóstico dos municípios (SEMA/AP-IBAM, 2016) e complementados posteriormente. Na região não são verificados comunidades remanescentes de quilombolas.

Os gestores de Laranjal do Jarí informaram que a Prefeitura Municipal possui assento nos conselhos da RESEX, da RDS e da ESEC. Mas não souberam informar em relação ao Parque Tumucumaque, salientando que esta unidade abrange uma porção no extremo norte do Município e bastante distante da sede municipal, localizada no extremo sul de seu território. Por outro lado, os gestores municipais de Vitória do Jarí informaram que a Prefeitura não tem assento no conselho da RESEX do Rio Cajari, devendo buscar sua adesão a este conselho.

De todo modo, não há maiores envolvimento destes agentes municipais na gestão destas UCs, apesar de afirmarem ter conhecimento sobre as principais decisões nestas áreas protegidas. Os agentes municipais também possuem pouco ou nenhum poder de resolução de conflitos que ocorram nestas unidades, os quais se dão principalmente devido a questões fundiárias e manejo

dos recursos naturais. Sabe-se ainda que UCs de Uso Sustentável da região encontram-se em atraso na elaboração de seus planos de manejo.

Apesar do conhecimento apresentado sobre áreas protegidas, os gestores municipais devem buscar incrementá-los, sobretudo com relação à base legal que as define. Ressalta-se que a RDS e a RESEX trazem grandes oportunidade da prática do agroextrativismo, podendo dar suporte a projetos focados no desenvolvimento sustentável. Os gestores ainda apontaram que áreas protegidas como o Parque do Tumucumaque e as Terras Indígenas, apesar de importantes do ponto de vista ambiental, limitam o desenvolvimento econômico do Município por impedirem muitas atividades que poderiam gerar empregos e rendas para os moradores locais. Isto indica a necessidade de ser buscado um maior conhecimento sobre as oportunidades de ganhos com as áreas protegidas da região, especialmente as UCs, que podem trazer benefícios com programas de PSA, ecoturismo, incrementos em cadeias produtivas do extrativismo e demais.

O conhecimento sobre as APPs e de RLs dos municípios é bastante limitado, sabendo-se que em muitos casos estas áreas são ocupadas por loteamentos e agropecuária, sobretudo as APPs, além de outras formas de uso. Um dos motivos expostos para isso é a pouca fiscalização devido à cultura de ocupação humana da região, associada à baixa capacidade de gestão ambiental nos municípios, além da pouca atuação dos demais órgãos de fiscalização e baixa interação entre eles nas esferas municipais, estaduais e federais.

De modo geral, o conhecimento sobre as áreas protegidas nos municípios é bastante restrito junto aos proprietários e posseiros, tanto no que diz respeito ao Código Florestal, quanto sobre a realidade de campo das APPs e das RLs. Isso indica a necessidade de um trabalho de disseminação sobre os aspectos legais e práticos das áreas a serem protegidas, de acordo com a lei. Este trabalho pode ser realizado por meio de seminários destinados a esse público e a especialistas no tema, bem como por meio da divulgação do assunto pelos vários meios de comunicação que os alcançam.

Dentre as muitas ameaças sofridas pelas áreas protegidas da região, estão as transições de governo, que levam à descontinuidade na gestão e à falta de repasse de informações, e a baixa cultura institucional de interação entre os órgãos de gestão das várias esferas de governo, notadamente o ICMBio e a FUNAI, os quais são apontados como distantes da gestão ambiental local.

Quadro 14: Unidades de Conservação da Região Sul do Amapá, por jurisdição, em ordem cronológica de criação, até o ano de 2008.

N	NOME	JURISDIÇÃO/ DOMÍNIO	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	GRUPO	ÁREA (HECTARE)	% DO ESTADO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01	Estação Ecológica do Jari	Federal	Decreto Federal nº 87.092/1982 e Decreto Federal nº 89.440/1984.	Proteção Integral	(a) 67.675,72	0,47	Laranjal do Jari e Almerim (PA)
02	Reserva Extrativista do Rio Cajari	Federal	Decreto Federal nº 99.145/1990; Decreto s/n, 30/9/1997.	Proteção Integral	501.771,00	3,51	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari.
03	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal, s n, 22/8/2002	Proteção Integral	(b) 3.828.923,00	26,81	Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Almerim (PA)
04	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	Lei Estadual nº 392/1997	Uso Sustentável	806.184,00	5,64	Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari

NOTAS:

(a) A Estação Ecológica do Jari possui uma área total de 227.126,00 ha, sendo que 67.675,72 ha (30% da UC) localiza-se no município de Laranjal do Jari (AP) e os outros 70% restantes encontram-se no município de Almeirim (PA).

(b) O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é o maior parque de florestas tropicais do Brasil com uma área total de 3.867.000,00 ha sendo que 0,98% encontra-se no município de Almerim (PA). FONTE: Pesquisas em arquivos do IBAMA, SEMA, PMSN e PMPBA.

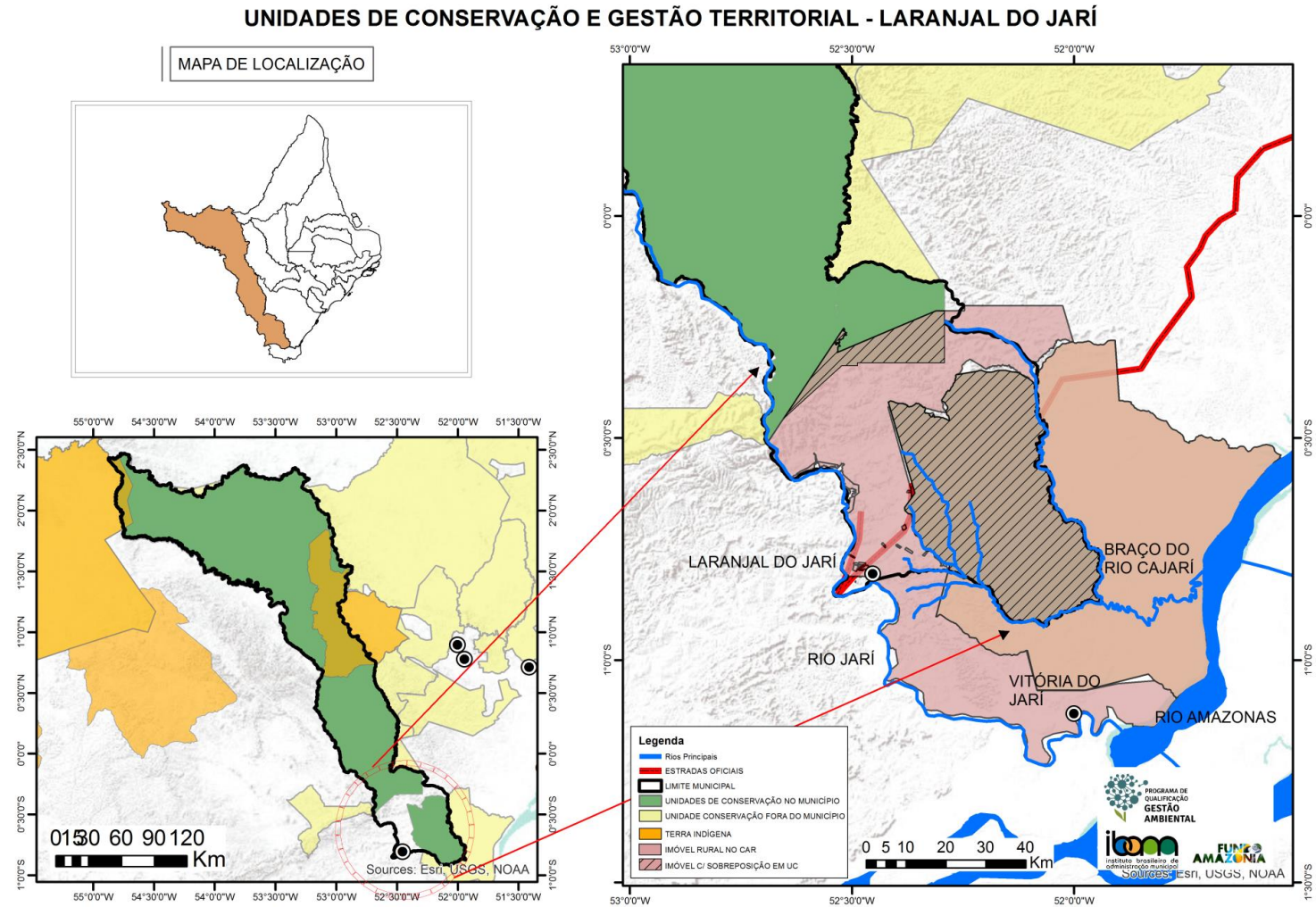


Figura 9: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Laranjal do Jari (AP). | Fonte: IBAM 2016.



Figura 10: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Vitória do Jari (AP). | Fonte: IBAM 2016.

- CAR | Cadastro Ambiental Rural

De acordo com os gestores ambientais, a maior parte das áreas previstas para o CAR já foram cadastradas, considerando que essa maioria é formada por terras da empresa Jarí. Fora isso, os dois municípios possuem a maior parte de seu território como unidade de conservação (UC), além da terra indígena (TI) em Laranjal do Jari. Vale lembrar que a delimitação da extensão de UCs e TIs devem ser indicadas no CAR, por seus gestores. Além das áreas especialmente protegidas da região, o INCRA encontra-se como responsável pelo cadastramento de imóveis presentes nos assentamentos rurais.

Contudo, como ocorre em quase todo o estado do Amapá, os gestores locais possuem poucas informações sobre o status do cadastramento das demais propriedades rurais nos dois municípios.

Ressalta-se que os dados sobre os imóveis cadastrados no CAR para todos os municípios amapaenses, até o final de 2016, foram apresentados nos relatórios de diagnósticos dos municípios do estado, realizado pela parceria entre o PQGA/IBAM e a SEMA.

A região possui um cenário incomum sobre o Cadastro Ambiental Rural.

No geral, há um desconhecimento generalizado sobre o CAR, sobre as forma de executar o cadastramento e seus objetivos, tanto pelos gestores municipais, quanto pelos detentores de imóveis rurais. Ainda é verificado pouco ou nenhum interesse dos detentores de imóveis rurais para o cadastramento, sobretudo os que não requerem licença ambiental ou anuência para atividade junto às prefeituras locais. Isso mostra a necessidade de um trabalho de divulgação de informações sobre o CAR e orientações para sua realização junto aos proprietários rurais, bem como o acompanhamento da situação do cadastramento nos municípios para melhor entendimento sobre a realidade local.

Durante a oficina de planejamento na região, os agentes da SEMA divulgaram a realização de um evento de capacitação sobre CAR, na sua sede, realizado em 08/04/2017, para o qual estavam convidados os gestores municipais de todo o Estado.

Após o cadastramento dos imóveis rurais do respectivo Município no CAR, os OAMs terão aumentadas suas responsabilidades de monitorar e incentivar a adequação ambiental daqueles imóveis, com a aplicação do Código Florestal, identificação em campo e recuperação das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal.

- Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental

Tanto Laranjal do Jarí como Vitória do Jari, emitem licenças ambientais e, por conseguinte, promovem a fiscalização ambiental em âmbito local. Isso demonstra uma grande força da municipalidade no Comando e Controle Ambiental para a região, com atuação em consonância com a LC 140/11 e a COEMA 040/14. De acordo com os gestores municipais de Laranjal do Jarí, este possui equipe suficiente para promover o licenciamento ambiental junto ao OAM - o que é bastante incomum dentre a grande maioria dos municípios do Estado. O mesmo não ocorre com Vitória do Jarí, cujos gestores locais informaram não possuir equipe suficiente para o licenciamento e a fiscalização ambiental. Ressalta-se que em ambos os municípios há atividades de maior vulto, que são licenciadas pela SEMA e por órgão federais.

No entanto, o trabalho de monitoramento ambiental é focado basicamente nas atividades com licenças ambientais municipais, requerendo ações mais sistemáticas na obtenção e geração de dados e informações sobre as condições ambientais, as atividades potencialmente poluidoras, o uso dos recursos naturais e os ambientes urbanos.

Apesar de realizarem ações de Comando e o Controle Ambiental na esfera municipal, os OAMs encontram-se pouco preparados para cumprir na íntegra esta importante tarefa, sobretudo pela crescente e generalizada demanda de gestão ambiental, necessitando ter melhor aparelhamento, aumento de equipe e maior qualificação.

Os OAMs devem aproveitar melhor a presença de atividades licenciadas por demais órgãos públicos e desenvolver atividades em conjunto buscando solucionar problemas mais complexos e aprimorar suas ações de licenciamento, fiscalização e monitoramento. Os agentes locais são fortemente encorajados a aderirem e interagirem com o PEFOGAM/SEMA, aproveitando ao máximo os benefícios da parceria. Também é fortemente recomendado que os OAMs criem programa de fiscalização ambiental integrada a outros órgãos de fiscalização com poder de polícia, como SEMA, IBAMA, ICMBio, Batalhão Ambiental.

No geral, os empreendedores e populações em geral possuem conhecimento muito limitado sobre licenciamento ambiental e a legislação que o rege, o que aponta para a necessidade da disseminação de informações sobre este tema. Para isso, os gestores devem aproveitar as várias mídias da região, bem como promover encontros específicos, como seminários temáticos, com este público, contando com o apoio de órgãos públicos estaduais e federais e demais parceiros, como o Ministério Público.

Dentre os fatores que afetam o desenvolvimento do trabalho de licenciamento e de fiscalização ambiental, foram elencados pelos gestores locais: (i) conflito de entendimento sobre quais seriam atividades de impacto local a serem licenciadas; (ii) falta de sistema de informação da gestão ambiental - SIEMA - para conhecimento das licenças ambientais; (iii) interferências de grupos políticos e econômicos; e (iv) baixa valorização dos servidores, assim como da pasta de meio ambiente.

Os OAMs da região também necessitam ter um trabalho voltado para o monitoramento ambiental, com destaque para a cobertura florestal, os recursos hídricos e as questões socioambientais. Para iniciar estas ações, recomenda-se o envolvimento com programas de monitoramento ambiental conduzidos por instituições públicas e privadas e já bastante consolidados, como os programas de monitoramento do INPE, MMA e SEMA, bem como com ISA, AMAZON e IEB. A criação de setor de processamento nos OAMs ou em algum outro setor da Prefeitura, ou a busca por um maior envolvimento com este setor, é fortemente recomendado para o monitoramento ambiental, além do apoio a várias outras linhas de ação da gestão ambiental.

- Recursos Hídricos

Todo o estado do Amapá apresenta rica abundância de recursos hídricos, o que não se mostra diferente para os dois municípios da região. Além do abastecimento público, a abundância de água resulta em um alto potencial pesqueiro e de vias para meio de transporte de passageiros e cargas, destacando-se o porto de embarque e desembarque presente em Laranjal do Jarí, que o liga com o município de Almeirim, no estado do Pará.

Os recursos hídricos também são grandes atrativos para o turismo, principalmente os balneários existentes na região, além do turismo de pesca.

Ressalta-se que um trabalho de monitoramento da qualidade da água é realizado na região pela CADAM e pelo Projeto Jarí, bem como pela ANA, em diversos pontos do rio Jarí. Contudo, apesar da importância vital, e de seu uso rotineiro, os recursos hídricos ainda são bastante subestimados nos municípios da região, como ocorre em quase todo o Brasil. Com relação à conservação dos recursos hídricos, verifica-se a presença de poluição em muitos trechos dos rios da região por resíduos domésticos: líquido e sólidos, valendo-se que fossas sépticas é uma questão cultural e que requer grandes esforços para mudanças de comportamento. O desmatamento também é outra ameaça aos recursos hídricos da região, especialmente em áreas de balneários e com agropecuária, onde comumente não se respeitam as regras de proteção das margens dos rios, somando-se à contaminação por agrotóxicos de todos os tipos.

Dentre as principais ameaças aos recursos hídricos na região, foram elencados: (i) a ausência de política pública municipal sobre recursos hídricos; (ii) o fato dos recursos hídricos serem subestimados por gestores e pela população em geral; (iii) a intensa ocupação das áreas de ressaca; e (iv) a falta de controle sobre os poços artesianos e amazonas.

Ressalta-se que os distritos sede de ambos os municípios são abastecidos pela CAESA, contudo, são apontadas diversas falhas no sistema de abastecimento por ingerência desta empresa e a complementação do abastecimento público pela Prefeitura e pela própria população.

Apesar de ser comum o abastecimento público urbano e rural por meio de poços artesianos e amazonas, o conhecimento e controle sobre a exploração de água do subsolo são bastante restritos por parte dos gestores municipais, necessitando de uma maior aproximação com as empresa de abastecimento e demais instituições que sirvam como fonte de dados sobre o consumo em escala da água.

No geral, esses municípios necessitam ter suas próprias políticas para os recursos hídricos na escala local, como leis e programas de gestão que garantam a qualidade de suas águas e dos benefícios proporcionados por elas. A criação de um comitê de bacia hidrográfica do rio Jarí é de extrema importância para a conservação dos recursos hídricos na região, por meio do qual haveria um maior envolvimento das administrações municipais, empresas e demais usuários da água.

- Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos

Nos municípios objetos deste documento verifica-se ausência de saneamento básico adequado, sem plano específico e sem dispositivos de destinação e tratamento de esgoto e resíduos sólidos. A coleta de lixo é feita regularmente nos respectivos distritos sede, para ser depositado em lixões a céu aberto, comumente em áreas próximas aos seus arredores. Contam com rede de coleta do esgoto, mas o mesmo é lançado *in natura* em cursos d'água, existindo ainda inúmeras fossas clandestinas. Soma-se a isso o descarte indiscriminado de óleo de motor de barcos nas águas dos igarapés e rios da região. Nenhum dos municípios dispõe ainda de aterro sanitário e de estação de tratamento de esgoto (ETE). Isso mostra a necessidade urgente de elaborarem os respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), devendo para isso buscar parceria com a FUNASA, a SEMA, SDC, ou ainda CADAM, Jarí, CALHA NORTE e IFAP.

De acordo com os gestores municipais, as populações sofrem com a falta de conscientização sobre a problemática do saneamento básico, estando expostas a diversos problemas de saúde pública e ambientais, com a poluição da água. Os gestores informaram que em ambos os municípios são realizadas ações de informação e sensibilização da população em geral sobre a importância de não se descartar resíduos sólidos em terrenos e nas ruas, bem como sobre fossas sépticas, a fim de evitar maiores problemas com o lixo e o esgoto, além dos já existentes.

Apesar da importância do tema, a inexistência de Planos de Saneamento pode ser justificada por motivos como: (i) falta de recursos; (ii) pouco conhecimento técnico sobre saneamento básico; e (iii) menor urgência e pouca pressão sobre as administrações municipais por apresentarem um menor número de habitantes, gerando, conseqüentemente, menores impactos causados por resíduos sólidos e efluentes. De todo modo, os gestores municipais devem se apressar para a elaboração e implantação de seus PMSB, considerando o prazo estipulado por lei para o seu cumprimento.

Ressalta-se que o IBAM, por meio de seu Programa de Qualificação para a Gestão Ambiental - Municípios da Amazônia (PQGA) realizou o *Estudo de caso sobre áreas para disposição final de resíduos sólidos: municípios de Cutias do Araguari, Ferreira Gomes e Porto Grande*¹, que contou com trabalho de campo junto aos gestores municipais. Além de apresentar um diagnóstico da situação, o trabalho indica possíveis soluções para a resolução dos problemas existentes com a coleta e a destinação do lixo nas localidades.

- Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos

A arborização urbana é um dos itens mais evidentes da gestão ambiental pela sua exposição, tão logo se adentra aos distritos urbanizados de qualquer município. Segundo os gestores ambientais, as populações valorizam a arborização urbana e os principais distritos da região contam com praças em processo de revitalização, apesar destas áreas ainda serem em número insuficiente e os municípios necessitem criar seus planos de áreas verdes para atender aos respectivos distritos visando a melhoria da qualidade de vida.

Dentre os aspectos positivos para a arborização urbana na região, levantados durante a oficina de planejamento, destaca-se o fato da região apresentar uma imensa aptidão para a

¹ Publicado em <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao/detalhe/estudo-de-caso-dos-municipios-de-cutias-do-araguari,-ferreira-gomes-e-porto-grande/95>

manutenção de áreas verdes urbanas, sobretudo pela rica diversidade de espécies da flora amazônica e do Cerrado. Dentre as oportunidades de apoio indicadas para a implantação de programa de áreas verdes estão a obtenção de emendas parlamentares e o Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (FERMA), do governo do Estado. Outro importante motivador da implantação de projetos de áreas verdes é a possibilidade de parceria com empresas, com o comércio local, bem como com a população em geral, para a manutenção destas áreas.

Os maiores desafios a serem enfrentados para a implantação de áreas verdes nas localidades da região, apontados pelos gestores durante a oficina, são: (i) a falta de cooperação técnica com a CEA para a arborização urbana; (ii) poucas informações sobre manejo com espécies arbóreas; (iii) espaços públicos e praças insuficientes; e (iv) conflito entre áreas verdes e o padrão de urbanização das cidades.

- Economia Verde

A Economia Verde significa uma oportunidade com grande potencial de sucesso para todo o estado do Amapá, sobretudo devido a fatores como: (i) o elevadíssimo índice de cobertura florestal e sua rica biodiversidade; (ii) a presença de áreas protegidas que dominam seu território; (iii) o conhecimento tradicional do extrativismo; e (iv) a posse de grande parte das terras por famílias de pequenos produtores rurais. Soma-se a isso o crescente mercado de produtos de origem natural e de produção artesanal.

Segundo os gestores municipais, a agricultura familiar é reconhecidamente praticada nas pequenas propriedades, mas ainda limitada à subsistência das famílias, com venda de algum excedente para a merenda escolar (PAA e PNAE), para CONAB e diretamente a supermercados. A venda de excedentes também ocorre em determinados pontos de comercialização, como na localidade de Cajari.

As práticas extrativistas na região são variadas e podem ser estruturadas e incrementadas com planos e projetos específicos, destacando-se a produção de castanha, açaí, mirití e mel. Há produtores extrativistas que são fornecedores de matéria-prima para a empresa Natura. A região conta com um projeto de REDD executado pela Fundação Jarí, que promove ações de recuperação florestal. Também, existem alguns projetos de restauração na RESEX, que conta com a participação das famílias extrativistas que ali vivem. Ainda, existem na região trabalhos voltados para a produção sustentável junto a pequenos produtores rurais, por meio de parceria com a Fundação Jarí.

Dentre as ameaças para o extrativismo na região estão a exploração irracional de alguns grupos sobre produtos da floresta e a pesca predatória. Ambas as situações podem ser revertidas com um trabalho de informação e sensibilização para o extrativismo realizado de forma sustentável, além de ações específicas de fiscalização ambiental. São, ainda, identificados como limitantes para o desenvolvimento da Economia Verde na região: (i) o pouco conhecimento de mecanismos de PSA pelas secretarias municipais e sobre os royalties da extração mineral; (ii) a assistência técnica e financeira deficitária tanto para a agricultura familiar como para o extrativismo pelos órgãos que deveriam garantir pleno apoio (INCRA, RURAP, MST); e (iii) os interesses divergentes de grupos políticos e econômicos.

No geral, o conhecimento sobre a Economia Verde ainda é muito limitado em todo o país e é fortemente recomendado que os gestores municipais busquem informações e formas de associar o imenso potencial natural a formas de desenvolvimento desta modalidade de base econômica em seus municípios. Destacam-se aqui as ameaças bastante pertinentes e elencadas pelos gestores municipais sobre o desenvolvimento da Economia Verde, como: (i) pouco apoio de órgãos de extensão rural e ambiental para a estruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar e do extrativismo; (ii) os investimentos desproporcionais entre a agricultura familiar e o agronegócio fomentado pelo governo federal; (iii) entraves no acesso a fontes de recursos; e (iv) as facilidades de acesso a créditos apenas para a agricultura convencional com agrotóxicos e monoculturas.

As áreas protegidas da região possibilitam a geração de renda com base em processos produtivos que reduzam os impactos ambientais negativos que podem ser aplicados nas UCs de uso sustentável, ou pelo potencial de integrarem mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA).

O turismo em contato com a natureza é outro aspecto a ser desenvolvido nas localidades e para isso, os OAMs devem buscar parcerias técnicas e comerciais, de modo a incrementar a infraestrutura e atrair público específico para o ecoturismo, por meio de agências especializadas. Dentre os potenciais para o turismo na região, destacados durante a oficina de planejamento estão: a Floresta Amazônica; o Cerrado; os recursos hídricos como rios e balneários; as unidades de conservação (Parque Tumucumaque, RDS, RESEX) e a Terra Indígena Waiãpi, além dos assentamentos de reforma agrária, que possibilitam visitar a produção agrícola, percorrer trilhas, nadar nos igarapés, tomar café da roça na casa, além da compra de compotas, queijo, verduras, entre outros produtos, direto no produtor.

Dentre as instituições potenciais para o desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento do turismo foram elencadas: SEBRAE, SINGTUR, UNIFAP e EMBRAPA. Segundo os gestores municipais, as principais dificuldades a serem enfrentadas no ordenamento e no desenvolvimento do turismo da região são estrutura deficitária, pouca ou nenhuma mão de obra qualificada para o turismo (guias, hospedagem, gastronomia, artesanato) e, sobretudo, falta de políticas públicas voltadas para o setor.

Os OAMs devem estudar os modelos de mecanismos de PSA existentes no país e selecionar os mais adequados aos seus municípios, para assim criar um programa próprio de PSA, de modo a gerar recursos financeiros com a cobertura florestal existente e em processo de restauração. Também devem buscar um melhor entendimento e formas de desenvolver/organizar as cadeias produtivas tradicionais, como as próprias do extrativismo e a agroecologia junto às famílias produtores. Todos estes aspectos devem estar previstos em instrumentos legais para a implementação dos mecanismos próprios da Economia Verde nos territórios municipais, cuja elaboração a aprovação devem ser influenciadas pelos órgãos gestores do meio ambiente.

- Conscientização Ambiental

A educação ambiental é apontada como uma importante ferramenta para a informação, sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de conservação ambiental. Laranjal do Jarí possui um Plano de Educação Ambiental. Os gestores de Vitória do Jarí informaram que são realizadas ações pontuais de educação ambiental no município, mas que o OAM ainda não conta com equipe e conhecimento suficiente, necessitando ainda de um Plano de Educação Ambiental, que ordene estas atividades e preveja resultados eficazes. No geral, os gestores descrevem que há pouco conhecimento, interesse e incentivo de educadores, lideranças comunitárias, grupos religiosos, terceira idade, associações e cooperativas para a Educação Ambiental. Ainda, identificam que esta condição se deve pela ausência de uma Política de Educação Ambiental mais robusta em todo o estado e que seja estabelecida na gestão municipal como um todo, apesar da existência do Plano de Educação Ambiental da SEMA.

Dentre as oportunidades para o desenvolvimento desta modalidade de educação, estão a parceria com este Programa de Educação Ambiental da SEMA, além de universidades, IFAP, IEF, IBAMA, SEED, SESAI, FECOMÉRCIO e ICMBio. Deste modo, os Programas de Educação Ambiental desenhados pelas administrações municipais devem prever: (i) a qualificação continuada de educadores dos diferentes níveis de escolaridade e disciplinas; (ii) ações pontuais como eventos em datas comemorativas de temas ambientais; e (iii) trabalhos específicos com demais grupos organizados, como de pessoas idosas, religiosos e associações de bairros, entre outros. Para isso, os gestores precisam dispor dos meios de comunicação de massa, como imprensa escrita, rádio, TV e, principalmente, a internet, assim como as redes sociais. Estas ações devem contar, principalmente, com a parceria da Secretaria de Educação e outras secretarias da estrutura administrativa municipal que se aproximem do tema.

- Ferramentas de Gestão

Dos municípios participantes da oficina, Vitória do Jarí conta com secretaria específica para a área ambiental, sendo esta a Secretaria do Meio Ambiente (SEMMA). Ao passo que Laranjal do Jarí conta com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMATUR), que mesmo incluindo a pasta de turismo, possui maior foco na área ambiental. Ressalta-se que a SEMMATUR conta com uma das maiores equipes municipal do estado, tendo em seu quadro de funcionários 68 pessoas, entre eles 36 garis e 24 guardas ambientais. Ambas as Secretarias não possuem sede própria e necessitam ser melhores equipadas. Sintetizando: sede própria, melhorias em equipamentos e veículos são as principais demandas para a estruturação das mesmas.

Ainda, de modo geral, os dois municípios possuem limitações de instrumentalização para a gestão ambiental e carecem criar planos estruturados e programas específicos para garantir o cumprimento mínimo das tarefas da gestão ambiental. Para uma melhor estruturação dos OAMs, os gestores devem prover instrumentos qualificados para a gestão ambiental, como o Plano de Gestão Ambiental, além de atualização ou criação de demais planos e programas temáticos, como: Bacia Hidrográfica (plano regional), Uso e Ocupação do Solo, Proteção de Áreas Naturais, Combate ao Desmatamento, Restauração Ambiental e Manejo Florestal, Apoio à Adequação Ambiental Rural, Fiscalização Integrada, Práticas Sustentáveis, Monitoramento da Poluição Atmosférica, Educação Ambiental e por exemplo.

Ambos os municípios apresentam organogramas hierárquicos de suas instâncias de gestão estruturados em seus OAMs, a fim de garantir melhor o cumprimento de suas tarefas. Contudo, segundo os gestores, as equipes de gestão são ainda muito insipientes, necessitando de capacitação continuada para serem melhores motivadas e garantir melhores resultados de gestão. Ressalta-se que a equipe da SEMMA de Vitória do Jari necessita ser ampliada, contando atualmente apenas com 04 agentes especializados na gestão ambiental, além de 13 garis e uma secretária administrativa.

Dentre os motivos pelo fraco aparelhamento dos OAMs, os gestores locais indicam a não priorização do tema pelas equipes das administrações locais e a sazonalidade ocasionada pela mudança de governo.

Tanto Laranjal do Jari quanto Vitória do Jari contam com Conselho Municipal de Meio Ambiente criado e instalado, mas, no entanto, apenas o conselho de Vitória do Jari encontra-se ativo. Indicando que os gestores municipais de Laranjal do Jari necessitam retomar as atividades do respectivo conselho com urgência.

Os municípios possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente, mas nos dois casos, a gestão deste Fundo não é plena, necessitando que o orçamento destinado à pasta de Meio Ambiente seja repassado ao Fundo ambiental, de fato, bem como busquem diversificar as fontes de recursos para ampliar o orçamento destinado à gestão ambiental. Ressalta-se que dentre as possíveis fontes de recursos para alimentar o Fundo, além do orçamento municipal, estão: (i) rendimentos e juros de aplicações financeiras; (ii) multas de fiscalização; (ii) acordos judiciais para conversão de multas em doações ao fundo; (iii) captação por meio de apresentação de projetos junto a fontes financiadores, entre outras. Periodicamente, é necessária uma avaliação sobre a efetividade dos recursos captados para o Fundo frente aos custos com a gestão ambiental e os resultados alcançados e, quando necessário, deve se buscar alternativas para complementar este fundo, inclusive considerando-se o fortalecimento político da Secretaria, com incremento nas relações internas com a equipe de gestão do governo para ampliar as fontes de recursos.

Os municípios possuem leis próprias que regem a gestão ambiental, com seus Códigos Municipais de Meio Ambiente, sendo este previsto pela Lei nº 261/2005 de Laranjal do Jari e pela Lei nº 227/2009 de Vitória do Jari. Mas, no geral, vale um esforço para que seja estudada a necessidade de revisão e complementação do arcabouço legal destes municípios, tomando-se por base seus Códigos Florestais, com 12 anos para Laranjal do Jari e 08 anos para Vitória do Jari. Como dito anteriormente, ambos os municípios promovem o licenciamento ambiental e a fiscalização sobre as atividades licenciadas por seus OAMs.

De acordo com o Diagnóstico de Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá, realizado pela SEMA e pelo IBAM, no final de 2016, foram encontrados os seguintes índices de favorabilidade para a gestão ambiental:

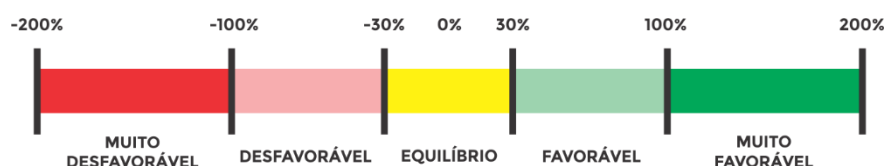


Figura 11: Régua do Índice de Favorabilidade na Qualidade da Gestão Ambiental do Município.

- **Laranjal do Jarí:** 15%, considerado em equilíbrio;
- **Vitória do Jarí:** 11%, considerado em equilíbrio.

A prefeitura de Laranjal do Jarí conta com um setor de SIG - Sistema de Informações Geográficas. Já o município de Vitória do Jarí ainda não conta com setor de SIG, necessitando implantá-lo com urgência, de modo atender os vários aspectos da gestão municipal. Um banco de dados ambientais é outra importantíssima ferramenta de gestão ambiental, ainda inexistente nos municípios. É muito provável que muitas das informações que podem alimentar esse banco estejam dispersas nos demais órgãos municipais ou ainda podem ser acessadas com facilidade junto aos órgãos estaduais e federais de Meio Ambiente, ou ainda junto a parceiros como universidades e ONGs.

- Parcerias Políticas, Técnicas e Financeiras

De modo geral, os gestores municipais realizam ações pontuais em parceria com outros órgãos de gestão ambiental, seja público ou privado, sem formalização deste processo. Duas parcerias formalizadas foram destacadas na oficina, SEMA e PQGA/IBAM. Frente a isso, recomenda-se fortemente que os OAMs realizem levantamento para identificar principais parceiros e buscar aproximação e formalização da parceria, de modo a atender suas necessidades de gestão.

Os OAMS também devem buscar a parceria com demais representações da sociedade civil, com proprietários rurais, empreendedores e população em geral, para promover a conscientização, visando alcançar a gestão ambiental compartilhada. Ainda, devem buscar atrair para o respectivo Município ações de organizações profissionais que atuam com o desenvolvimento sustentável, como sistemas agroflorestais, demais tipos de produção sustentável, entre outros.

Merece destaque na região, algumas ações desenvolvidas por meio de parcerias, como o projeto Prefeitura em Ação, do governo de Laranjal do Jarí com as comunidades de diferentes distritos, bem como a parceria entre a Fundação Jarí e pequenos produtores rurais, uma relação entre organizações da sociedade civil e famílias assentadas.

Dentre as dificuldades para o desenvolvimento de parcerias, os gestores municipais apontaram: (i) a falta de informação de como formar parcerias; (ii) as ingerências de competências entre as pastas da gestão pública; (iii) o conflito de interesse entre os setores público e privado; e (iv) a influência de interesses conflituosos de grupos econômicos e políticos.

A participação dos gestores municipais, assim como de representantes de grupos organizados, em comitês e/ou conselhos locais e regionais é muito restrita ou inexistente. Isso ocorre, principalmente, devido à inexistência desses grupos ou à falta de cultura de representatividade verificada em todos os setores da gestão municipal. Além disso, de modo geral, ainda existem poucas iniciativas para manter a atividade de grupos participativos de discussões e decisões sobre a gestão. Todos estes aspectos são bastante comuns em quase todos os municípios da região, limitando sobremaneira as oportunidades de desenvolvimento institucional dos órgãos e a gestão ambiental como um todo.

Sobre as Relações de Parceria

- Município de Laranjal do Jari

Para os gestores de Laranjal do Jari, possuem alto poder de influência na gestão ambiental alguns órgãos públicos com atuação na área de Meio Ambiente, como SEMA, Batalhão Ambiental, MP e FUNASA, e as unidades de conservação presentes no entorno do distrito sede, como a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapurú e a Reserva Extrativista Federal do Rio Cajari - sendo todos considerados próximos à gestão ambiental local. Já órgãos importantes na área ambiental, como o ICMBio foi considerado com médio poder de influência, e o IBAMA e IMAP foram considerados como de baixo poder de influência. Vale ressaltar que todos foram considerados como médio ou distante da gestão local.

As empresas públicas como CAESA, a CEA e a CONAB também foram indicadas como próximas da gestão ambiental local, sendo que as duas últimas foram consideradas como de alto poder de influência na gestão ambiental no Município. De todo modo, os gestores municipais devem buscar uma maior aproximação com demais instituições similares, de modo a atrair ações de programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural e na área ambiental, por exemplo.

Todas as instituições de pesquisa foram consideradas com baixo poder de influência na gestão ambiental local, com exceção da UNIFAP, considerada como de médio poder de influência. Duas instituições de pesquisa foram apontadas como próximas da gestão ambiental local: UNIFAP e IEPA. Ressalta-se que todas estas instituições possuem grande potencial para o desenvolvimento de parcerias técnicas que podem gerar a elaboração de planos de gestão e programas de conservação, monitoramento ambiental, além de pesquisas científicas, oportunidades de estágio e troca de experiência entre os técnicos.

Das organizações do terceiro setor, apenas o IBAM e a Fundação Jari foram reconhecidos com alto poder de influência e proximidade com a gestão ambiental local. Este resultado sinaliza a necessidade dos gestores locais buscarem atrair mais ações e programas de demais organizações não governamentais para contribuir com a gestão ambiental no Município, notadamente, o desenvolvimento sustentável na localidade.

Outro grupo que merece grande atenção são as instituições com potencial de financiamento de projetos na área ambiental e que foram consideradas de forma distintas com relação à gestão ambiental local, como FUNASA - alto poder de influência e próxima à gestão; Câmara dos Deputados (Emendas Parlamentares) - baixo poder de influência e média proximidade à gestão; Calha Norte - médio poder de influência e próxima à gestão; e Natura - baixo poder de influência e distante da gestão, todos considerados distantes. A exceção é a Fundação Jari, considerada próxima e com atuação local, apresentando altíssimo potencial para parceria com o OAM. De todo modo, todas estas instituições devem ser melhor conhecidas pelos gestores locais para uma aproximação maior e busca por financiamento de projetos.

- Município de Vitória do Jari

Na visão dos gestores municipais de Vitória do Jari, o poder de influência sobre a gestão ambiental local é alto para todas as instituições identificadas durante a oficina e elencadas nas relações de parcerias (quadro 8) e não só para as instituições governamentais federais e estaduais que atuam diretamente na área ambiental. Já a identificação do grau de interação com o OAM é variado, sendo apontado como próximos, dentre os órgãos governamentais a SEMA, o IMAP, a Secretaria das Cidades, o Ministério Público e o IEF. Os gestores foram bastante realistas em apontar o distanciamento do ICMBio e do IBAMA com a gestão ambiental municipal.

As empresas públicas também foram indicadas com alto poder de influência sobre a gestão ambiental, como a CAESA, a CEA, o BNDES e a CONAB, mas o grau de interação com estas foi apontado como bastante variado, sendo a CEA como a única considerada próxima, talvez por possuir escritório na localidade. De todo modo, os gestores municipais devem buscar uma maior aproximação com demais instituições similares, de modo a atrair ações de programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural e na área ambiental, por exemplo.

As instituições de pesquisa, no geral, foram consideradas com alto poder de influência e todas indicadas distantes da gestão ambiental local, como IEPA, INPA, INPE e UNIFAP. Vale lembrar que estas instituições possuem grande potencial para o desenvolvimento de parcerias técnicas que podem gerar a elaboração de planos de gestão e programas de conservação, monitoramento ambiental, além de pesquisas científicas, oportunidades de estágio e troca de experiência entre os técnicos.

Das organizações do terceiro setor, apenas o IBAM foi reconhecido com proximidade da gestão ambiental local. Este resultado sinaliza a necessidade dos gestores locais buscarem atrair mais ações e programas de organizações não governamentais para contribuir com a gestão ambiental no Município.

Outro grupo que merece grande atenção são as instituições com potencial de financiamento de projetos na área ambiental, como FUNASA, Emendas Parlamentares e Natura, todos considerados distantes. A exceção é a Fundação Jari, considerada próxima e com atuação local, apresentando altíssimo potencial para parceria com o OAM. De todo modo, todas estas instituições devem ser melhor conhecidas pelos gestores locais para uma aproximação maior e busca por financiamento de projetos.

RECOMENDAÇÕES: AÇÕES PRINCIPAIS DE GESTÃO AMBIENTAL

A seguir, encontram-se elencadas as principais ações na busca pela excelência na Gestão Ambiental Municipal. Estas recomendações foram sintetizadas a partir dos resultados das etapas de trabalho, notadamente nos *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá* e nas oficinas de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, seus resultados e análises.

- Implementar melhorias na estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e garantir equipe mínima para a Gestão Ambiental Municipal, com capacitações continuadas.
- Promover a troca de experiências entre as equipes das Secretarias Municipais da região (eventos, seminários regionais, entre outros).
- Criar e/ou manter o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Oferecer capacitação aos conselheiros.
- Buscar a criação e/ou a movimentação e a efetivação do Fundo de Meio Ambiente, ampliando a diversidade de fontes e volume da captação de recursos.
- Implantar banco de dados geográficos e ambientais e disponibilizá-lo para utilização em diversas linhas de ação propostas.
- Criar/revisar as Leis Ambientais Municipais e buscar a criação de demais instrumentos necessários à boa gestão ambiental.
- Buscar maior envolvimento com as áreas protegidas existentes no território dos municípios.
- Influenciar e liderar a criação de comissão entre os municípios da região buscando a implantação de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, como ICMS-Ecológico.
- Buscar apoio para a implantação de circuitos/roteiros turísticos no meio rural, em contato com a natureza e o modo de vida das comunidades tradicionais da região.
- Promover o nivelamento de conhecimento sobre a Legislação Ambiental junto aos proprietários rurais e incentivar ações de desenvolvimento sustentável, de acordo com os diferentes perfis de propriedades e a realidade do Município.
- Criar programas que promovam a restauração de APP e RL, bem como a valorização dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas naturais no Município.
- Criar legalmente e implantar cinturão verde ao longo dos cursos d'água que circundam a área urbana da sede do Município, com ações de recuperação florestal e criação de unidades de conservação municipais e RPPNs.
- Criar programas integrados de fiscalização ambiental e combate e prevenção de incêndios florestais, junto às diversas instituições afins.
- Ampliar conhecimento sobre o perfil das propriedades rurais do Município, o que deverá ser atendido pelo Cadastro Ambiental Rural.

- Ampliar o conhecimento sobre as associações e cooperativas de pequenos produtores e buscar o planejamento junto a este público para melhores usos e ocupações do solo, e o bom manejo da paisagem.
- Buscar ou ampliar o envolvimento em Programas de Monitoramento Ambiental (cobertura florestal, focos de incêndios, recursos hídricos) de instituições de diferentes áreas.
- Incrementar as relações de parcerias (governos, empresas, organizações da sociedade civil e grupos mistos), firmando Termos e Acordos para o desenvolvimento de programas em conjunto, e buscando melhores resultados frente ao potencial de apoio dos diversos parceiros.
- Liderar a criação de instâncias de gestão regional, como Consórcios de Bacia Hidrográfica, Comissão Regional Legislativa de Meio Ambiente etc.

Propostas de Programas e Planos de Gestão Ambiental

Os programas e planos de gestão ambiental são essenciais para ordenar as ações e atividades a serem executadas pelos OAMs, bem como para dividir as tarefas de cada equipe de gestão.

Durante as etapas de planejamento e análise dos resultados obtidos com o presente trabalho, os gestores ambientais municipais indicaram planos e programas identificados como necessários. São eles:

- Programa de Fiscalização Integrada (IBAMA, Polícia Ambiental, SEMA, AGED, AGERP);
- Programa de Licenciamento Ambiental;
- Programa de Educação Ambiental e Comunicação;
- Programa Integrado de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais;
- Programa de Combate ao Desmatamento;
- Programa Multissetorial de Recuperação da Cobertura Florestal (proprietários rurais, assentamentos rurais, sindicatos, associações, empresas, SEMA);
- Programa de Áreas Protegidas (UCs municipais, RPPN, APP e Reserva Legal, áreas verdes);
- Programa de Economia Verde (práticas produtivas sustentáveis, pagamento por serviços ambientais);
- Programa de Monitoramento Ambiental (cobertura florestal, recursos hídricos superficiais e subsuperficiais, qualidade do ar); e
- Programa de Geoprocessamento.

Recomenda-se também que os OAMs integrem programa de monitoramento da cobertura florestal da Amazônia (MMA, INPE).

Os OAMs também devem direcionar esforços para elaboração, revisão e execução de Planos integrados às secretarias de áreas de atuação correlatas na estrutura municipal, tais como:

- Plano Diretor;
- Plano de Resíduos Sólidos; e
- Plano de Tratamento de Esgoto
- Plano de Bacia Hidrográfica
- Plano de Uso e Ocupação do Solo
- Plano de Proteção de Áreas Naturais
- Plano de Combate ao Desmatamento
- Plano de Restauração Ambiental
- Plano de Manejo Florestal

Orientações para Consolidação das Diretrizes


As Diretrizes de Gestão Ambiental apresentadas neste documento podem embasar a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental. Para tanto, os gestores municipais devem considerar as especificidades de seus municípios, se instrumentalizar com mapas temáticos e modelos de planos similares e buscar, preferencialmente, o apoio de instituições com conhecimento de causa. A seguir, são indicados alguns passos para a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental Municipal.

Sabe-se que as demandas da Gestão Ambiental Municipal são muitas e variadas, requerendo que os OAMs estejam estruturados para atendê-las. Frente ao grande volume de atividades propostas para atender tais demandas, os gestores municipais devem realizar a priorização destas ações. Para isso, recomenda-se que sejam selecionadas aquelas que atendam critérios de importância, tais como:

- Ações estruturantes - aparelhamento do OAM, incremento e qualificação da equipe, relações de parcerias, captação de recursos, elaboração de zoneamento e planos;
- Competências exclusivas do OAM - comando e controle (licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental);
- Ações que resultem em grandes impactos positivos na gestão - programas de recuperação ambiental, de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental; e
- Ações que tragam maior resultado em termos de custo-benefício.

Mesmo com todo o aparato disponível, os gestores ambientais devem definir um cronograma de execução das atividades previstas, considerando os prazos para sua realização e para a obtenção dos resultados esperados. Assim, devem distribuir seus esforços para o cumprimento do cronograma de execução das tarefas ao longo dos semestres e dos anos de sua atuação.

Com a priorização das ações e definição do cronograma de execução, os gestores municipais podem seguir os seguintes passos para criação e a consolidação de um Plano de Gestão Ambiental:

- Definição de método de monitoria da execução do plano.
 - Uso de veículos de comunicação para informar à sociedade local sobre a importância da gestão ambiental e do plano que será implementado.
 - Audiência pública para apresentação e validação do plano.
 - Articulação político-institucional para aprovação do plano.
 - Execução do plano de gestão ambiental.
- 

BIBLIOGRAFIA

Publicações Impressas

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da Gestão Ambiental dos Municípios Amapaenses. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). –Macapá: Sema, 2017. Acesso também web: <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao/>

MEGGINSON, L. C., Donald C. M. & Paul H. P.. Administração Conceitos e Aplicações. 4ª Edição, Editora Harbra Ltda, 1998.

PEREZ JR, J. H., Pestana, A. O. & Franco, S. P. C.. Controladoria de Gestão. 2ª. Edição – São Paulo: Atlas, 1995.

Legislação Aplicável

LEI 9.985/2000 Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

LEI COMPLEMENTAR 140/2011 - prevê a descentralização da Gestão Ambiental

Web-Bibliografia

Acessado em 15/12/2015:

http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n2/o_planejamento_estrategico.pdf

Acessado em 12/01/2016:

<http://hsmeducacaoexecutiva.com.br/hsm-management/>

ANEXOS

REGIÃO SUL



ANEXO

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional das Águas

AP - Amapá

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

BAPM - Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADAM - Caulim da Amazônia S.A.

CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá

CALHA NORTE - Programa Calha Norte - Ministério da Defesa

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá

CEF - Caixa Econômica Federal

CGTIA - Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia de Informação Ambiental

CI - Conservação Internacional do Brasil

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

COLEGIADO SUL do Amapá.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EA - Educação Ambiental

EDP - Energias do Brasil (originalmente Energia do Pará)

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESEC - Estação Ecológica

FBPN - Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

FERMA - Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (estadual)

FLOTA - Floresta Estadual do Amapá

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

FOFA - Método de Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEF - Instituto Estadual de Florestas do Amapá

IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IFAP - Instituto Federal do Amapá

IMAP - Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISA - Instituto Socioambiental

JARÍ - Jarí Celulose (empresa)

LC - Lei Complementar

MP - Ministério Público

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento dos Sem Terra

NATURA - Fundação Natura

OAM - Órgão Ambiental Municipal

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEFOGAM - Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal

PETROBRAS AMBIENTAL - Programa Petrobras Ambiental

PF - Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PQGA - Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - Municípios do Bioma Amazônia

PREVFOGO - Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PROGAB/MMA - Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental no Brasil

PSA - Pagamento por Serviço Ambiental

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RL - Reserva Legal

REDD - Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RURAP - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

SDC - Secretaria de Desenvolvimento das Cidades

SDR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SIEMA - Sistema de Informação da Gestão do Meio Ambiente

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TERRAP - Instituto de Terras do Amapá

TNC - The Nature Conservancy

UC - Unidade de Conservação

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

WWF - World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista dos Municípios do Estado do Amapá e Respectivas Áreas.

Quadro 2: População e Área dos Municípios na Região Sul

Quadro 3: Análise Esquemática Método FOFA

Quadro 4: Definição dos Temas de Gestão Ambiental Municipal.

Quadro 5: Planejamento do Ciclo de Oficinas Regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*.

Quadro 6: Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental com questões comuns à região Sul – Laranjal do Jari, 04 e 05 de abril de 2017

Quadro 7: Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Laranjal do Jari (AP).

Quadro 8: Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Vitória do Jari (AP).

Quadro 9: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. Linha estratégica 1 – Aparelhamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados.

Quadro 10: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. Linha estratégica 2 – Maestria no Comando e Controle.

Quadro 11: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. Linha estratégica 3 – Gestão Territorial Primorosa.

Quadro 12: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. Linha estratégica 4 – Relações de Parceiras Incrementadas.

Quadro 13: Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Estado do Amapá. Linha estratégica 5 – Desenvolvimento da Economia Verde.

Quadro 14: Unidades de Conservação da Região Sul do Amapá, por jurisdição, em ordem cronológica de criação, até o ano de 2008.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Amapá. Fonte: www.ap.gov.br

Figura 2: Divisão Política do Estado do Amapá. Fonte: www.ap.gov.br

Figura 3: Vista aérea de rio Jari. Fonte: www.ap.gov.br

Figura 4: Vista parcial do Município tendo ao fundo a fábrica Jari de Celulose. Fonte: www.ap.gov.br

Figura 5: Estrutura do planejamento.

Figura 6: Organograma das etapas de diagnóstico e planejamento da Gestão Ambiental Municipal.

Figura 7: Foto da configuração das tarjetas da Análise FOFA da Oficina da Região Sul do Amapá. Foto: Rosan Fernandes.

Figura 8: Participantes da Oficina da Região Sul do Amapá - Município de Laranjal do Jari, em 04 e 05/04/2017. Foto: Acervo IBAM, 2017.

Figura 9: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Laranjal do Jari (AP). Fonte: IBAM, 2016.

Figura 10: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Vitória do Jari (AP). Fonte: IBAM, 2016.

Figura 11: Régua do Índice de Favorabilidade na Qualidade da Gestão Ambiental do Município.

ANEXO

Lista de Presença da Oficina de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sul do Amapá - 04 e 05/04/2017.

Nome	Cargo/Função	Município	Celular/whatsapp	E-mail
Aila Rodrigues Sages	Secretaria de Meio Ambiente	Vitoria do Jari	96-99191-5381	semma.vj.ap@outlook.com
Amanda Gomes Ferreira	Diretora de Turismo	Laranjal do Jari	96-99164-0796	amandinhaferreiralinda492@gmail.com
Angela Fontes	Economista - PQGA/IBAM	Rio de Janeiro	21-99858-3465	angela.fontes@ibam.org.br
Arlicy da Silva Diniz	Diretora Administrativa	Laranjal do Jari	96-99117-5132	arlicy@hotmail.com
Breno Karuane do N. Urubuquara	Diretor de Controle	Vitoria do Jari	96-99183-6631	breno.karuane@gmail.com
Dalton Pacheco	ASCOM	Laranjal do Jari	96-99131-4355	dalton.pachecojari@hotmail.com
Darcy Neia Farinha de Aragao	Guarda Ambiental	Laranjal do Jari	96-99135-7109	darcyneia07@gmail.com
Ednilze Rodrigues dos Santos	Guarda Ambiental	Laranjal do Jari	96-99179-1837	ednilzersantos@gmail.com
Jivagno Brito Matos	Diretor de Licenciamento	Laranjal do Jari	96-99169-3318	jivagno@outlook.com
João Paulo Marques de Souza	Diretor de Fiscalização	Laranjal do Jari	96-99154-4081	marquesjari@gmail.com
Leonice Vasconcelos da Silva	Guarda Ambiental	Laranjal do Jari	96-99176-2808	leonicevasconcelos@yahoo.com.br
Lilian Alves da Silva Freitas	Guarda Ambiental	Laranjal do Jari	96-99911-0260	lilianfreitaseng@hotmail.com

Nome	Cargo/Função	Município	Celular/whatsapp	E-mail
Lindomar Chaves	Secretário Municipal de Meio Ambiente	Vitoria do Jari	96-99125-0905	semma.vj.ap@outlook.com
Luziwonet Oliveira Fernandes da Silva	Educadora Ambiental	Laranjal do Jari	96-99118-5226	
Marcelo Sarraf Santos	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Laranjal do Jari	96-99127-7154	marcelo.sarraf@yahoo.com.br
Mariney Avry Borges de Souza	Gabinete/SEMA	Macapá	96-98121-4198	
Mário Sérgio dos S. Ribeiro	Técnico/SEMA	Macapá	96-99902-5952	marsema@bol.com.br
Roberto Goes da Silva	Gerente SEMA	Laranjal do Jari	96-99114-8607	roconsilva12@gmail.com
Rosan Valtez Fernandes	Ecólogo - PQGA/IBAM	Rio de Janeiro	22-99948-7600	rosanfernandes@yahoo.com.br
Ruvenete Joite Cunha Lima	Diretor Departamento Educação Ambiental	Laranjal do Jari	96-99197-5013	
Simone Regina Serrao Correa	Guarda Ambiental	Laranjal do Jari	96-99162-2790	simonyreg@hotmail.com
Waldecy de O. Tavares	Diretor de Capacitação e Projeto	Laranjal do Jari	96-99122-1843	waldecy316@gmail.com

Este documento sintetiza diretrizes de planejamento estratégico para a Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Sul do Amapá – Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Seu objetivo é dotar o Órgão Ambiental Municipal de ferramenta de gestão abrangente, por meio de ações realistas e, portanto, viáveis de serem implantadas. Para isso, é fundamental contar com a participação das diversas instituições atuantes na área ambiental, tanto os órgãos públicos, quanto as organizações da sociedade civil.

Agosto 2017

